

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 101/2024
Data: 24/09/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
CONFIRA AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS À PREFEITURA PARA O PORTO DE SANTOS	4
TRANSAÇÃO BILIONÁRIA PODE COLOCAR O PORTO DE SANTOS ENTRE OS PRINCIPAIS HUBS DO MUNDO, DIZEM ESPECIALISTAS7	
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	8
SETOR AEROPORTUÁRIO - COM INVESTIMENTO DE R\$ 180 MI, PORTO NO ESPÍRITO SANTO UTILIZARÁ O MODAL FERROVIÁRIO PARA EXPANSÃO COMERCIAL	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	10
AVISO DE PAUTA - LEILÃO DA ROTA DOS CRISTAIS: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES COLOCA EM DISPUTA PRINCIPAL LIGAÇÃO ENTRE O CENTRO-OESTE, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	10
EDITORIAL – MAIOR GOVERNANÇA NO SETOR DE GÁS	10
NACIONAL - HUB – CURTAS - APÓS NOTÍCIA DE VENDA PARA A CMA CGM, AÇÕES DA SANTOS BRASIL FECHAM EM ALTA1	
<i>Ações em alta 1</i>	11
<i>Ações em alta 2</i>	11
<i>Ações em alta 3</i>	11
<i>Ações em alta 4</i>	12
<i>Ações em alta 5</i>	12
NACIONAL - GÁS NATURAL EM FOCO: GOVERNO CRIA COMITÊ DE MONITORAMENTO PARA SETOR	12
NACIONAL - NOVO PROGRAMA DO GOVERNO VISA ATRAIR R\$ 280 BILHÕES PARA O SETOR DE PETRÓLEO.....	13
REGIÃO NORDESTE - BAHIA RECEBE R\$ 6 BI PARA INFRAESTRUTURA DE AVIAÇÃO, PORTOS E HIDROVIAS.....	13
REGIÃO NORDESTE - BRs 324 E 116 TERÃO OBRAS EMERGENCIAIS APÓS SAÍDA DA VIA BAHIA.....	15
REGIÃO NORDESTE - SUAPE TEM MELHOR AGOSTO DE SUA HISTÓRIA, DIZ AUTORIDADE PORTUÁRIA	16
REGIÃO SUDESTE - PORTOS CAPIXABAS RECEBEM R\$ 26 MILHÕES PARA DRAGAGEM E EXPANSÃO	17
REGIÃO SUDESTE - TERMINAL DE SANTOS ESPERA 1 MILHÃO DE PASSAGEIROS NESTA TEMPORADA	18
REGIÃO SUL - ITAJAÍ RECEBE TRÊS ESCALAS DE CARGUEIROS ATÉ A PRÓXIMA SEMANA	19
OPINIÃO – ARTIGOS - UM BEM PRECIOSO	20
BAHIA ECONÔMICA - BA	21
EXPORT 2024 TRAZ DEBATE SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS PARA O AGRONEGÓCIO.....	21
VIABAHIA ANUNCIA QUE VAI ENTREGAR CONCESSÃO DAS BR-324 E DA BR-116 NA BAHIA	22
EM NOVA YORK, HADDAD DIZ QUE DESPESAS ESTÃO DENTRO DO ARCABOUÇO	22
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	23
A SIPAT DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS TERÁ PALESTRAS ONLINE ABERTAS AO PÚBLICO	23
EXPORTAÇÕES ALCANÇAM US\$ 247 BI ATÉ A 3º SEMANA DE SETEMBRO.....	23
GOVERNO SANCIONA LEI APROVADA NA ALESP QUE REFORMULA AS AGÊNCIAS REGULADORAS DO ESTADO DE SP	24
EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA.....	25
HUB DE HIDROGÊNIO - PERNAMBUCO FIRMA ACORDO COM EUROPEAN ENERGY PARA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA DE E-METANOL EM SUAPE	26
PETROBRAS AVANÇA COM ESTUDOS PARA FERTILIZANTES.....	27
JORNAL O GLOBO – RJ.....	30
EQUIPE ECONÔMICA AVALIA QUE RECADO MAIS DURO DO BC APOIA CONTINUIDADE DA AGENDA DE CORTE DE GASTOS	30
DERRUBADA DE TRECHOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, EM DISCUSSÃO NO STF, AFETARIA 20 ESTADOS E CENTENAS DE MUNICÍPIOS	31
MERCADO LIVRE VAI DOBRAR CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL ATÉ 2025, COM FOCO EM ENTREGAS RÁPIDAS	33
CAMPOS NETO DIZ QUE PIX PARA 'BETS' SUBIU 200% E QUE APOSTAS CRESCEM ATÉ ENTRE QUEM RECEBE BOLSA FAMÍLIA .	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	36
‘SEM CORTAR GASTO, GOVERNO NÃO VAI CUMPRIR META FISCAL EM 2025’, DIZ EX-SECRETÁRIO DA FAZENDA DO CE	36
ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO SERÁ COMO UM NOVO PRÉ-SAL DO PAÍS, DIZ TARCÍSIO.....	43
BRASIL PRECISA INVESTIR US\$ 1,3 TRILHÃO PARA CHEGAR À NEUTRALIDADE DAS EMISSÕES DE CARBONO	44
CAMPOS NETO DIZ QUE HOUE ‘EXAGERO’ DO MERCADO COM FISCAL, MAS APONTA PREOCUPAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA .	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 101/2024
Página 3 de 52
Data: 24/09/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ANÁLISE - BANCO CENTRAL COBRA 'TRANSPARÊNCIA' NA POLÍTICA FISCAL E ALERTA PARA RISCO DE JUROS AINDA MAIS ALTOS.....	46
VALOR ECONÔMICO (SP).....	48
APÓS SANTOS BRASIL, CMA CGM BUSCARÁ NOVAS AQUISIÇÕES	48
WILSON SONS DIZ QUE OSCILAÇÃO RECENTE DAS AÇÕES PODE TER SIDO CAUSADA POR NOTICIÁRIO	49
GOVERNO DE SP PREVÊ PPP DE BALSAS EM 2025	50
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	50
PORTO DO AÇU E HIF GLOBAL ASSINAM CONTRATO PARA INSTALAÇÃO DE E-METANOL NO BRASIL	50
BRASIL DEMONSTRA QUE PODE SER LÍDER EM RENOVÁVEIS, DIZ SECRETÁRIO-GERAL DA OPEP	51
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	52
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	52



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CONFIRA AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS À PREFEITURA PARA O PORTO DE SANTOS

O que pretendem fazer para fortalecer a relação Porto-Cidade e impulsionar a economia local por meio do Porto? Foi a pergunta feita por A Tribuna

Por ATribuna.com.br

Confira as propostas dos candidatos à Prefeitura para o Porto de Santos (Divulgação/Autoridade Portuária de Santos)

Os candidatos e candidatas à Prefeitura de Santos respondem abaixo à pergunta feita por A Tribuna: O que pretendem fazer para fortalecer a relação Porto-Cidade e impulsionar a economia local por meio do Porto?



Nando Pinheiro (Avante) (Alexsander Ferraz/AT)

Nando Pinheiro (Avante)

44 anos, nascido em São Paulo. Veio morar na região na infância. Formado em Artes Cênicas, é casado, tem três filhos e é empresário, empreendedor, comunicador, ator, locutor, dublador e mestre de cerimônias.

Número na urna: 70

Em relação aos empregos, investimentos e impulsionamento da economia no Porto de Santos, nós temos que trabalhar com muita seriedade e junto às empresas que fazem essas contratações. Temos que incentivá-las e, quem sabe, até por intermédio de subsídios, para que cada vez mais sejam contratados profissionais especializados em diversas áreas. Profissionais esses que vão ter aqui em Santos cursos preparatórios no que diz respeito a todas as atividades do Porto.

Nós vamos investir junto com a iniciativa privada, no estilo parceria público-privada (PPP), conversando junto aos investidores e profissionais do Porto de Santos para que possamos reverter esse cenário e impulsionar a economia, gerando empregabilidade no Porto. O tema Porto-Cidade é algo muito importante para mim e sempre foi para a cidade de Santos, que se construiu e cresceu muito ao redor do Porto. Agora é a hora de engajar o Porto com a Cidade.

Quero fazer mais e melhor para essa iniciativa, incentivando também, já que nós falamos da questão do Centro Histórico de Santos, para que empresas de fora possam vir, investir e colocar os seus escritórios aqui em Santos, e possam operar, contratando profissionais que já estarão capacitados também pelos cursos que nós vamos oferecer.

A Prefeitura terá total condição de tratar com carinho todos aqueles que trabalham e que investem em diversas áreas que fomentam o Porto de Santos e, principalmente, os estivadores que hoje não tem nenhum tipo de representatividade, zelo e atenção.

Nós podemos também fazer a questão da zeladoria cada vez melhor no Porto de Santos e também na questão do turismo, não só no que diz respeito às importações e às exportações, além do envio e recebimento de produtos que nós temos constantemente aqui na Baixada Santista, mas também poder transformar o Porto em uma área de convívio cultural, movimentando as diversas formas de entretenimento, diversão e lazer, mostrando ao mundo, de uma forma diferente, o maior Porto da América Latina.



Rogério Santos (Republicanos) (Alexander Ferraz/AT)

Rogério Santos (Republicanos)

58 anos, nasceu em Santos. É formado em Odontologia, com especialização em Saúde Pública e mestrado em Saúde Coletiva. Servidor público concursado desde 1988. Eleito em 2020, busca o segundo mandato consecutivo como prefeito.

Número na urna: 10

A relação entre Santos e seu Porto é importantíssima e remete à história da Cidade. A atividade portuária representa não apenas uma das maiores fontes de tributos ao município, como é uma das maiores geradoras de postos de trabalho. Os assuntos referentes ao Porto, como a importância dos cais públicos, e principalmente às pessoas que lá trabalham, merecem atenção especial. O trabalhador portuário enfrenta novos desafios com o avanço da automação, que exige estratégias de qualificação e recolocação e a defesa dos seus direitos.

As atividades portuárias também geram impactos no cotidiano da Cidade, como a grande circulação de caminhões, que necessitam de soluções que envolvem desde bolsões estratégicos de estacionamento como o emprego de energias renováveis e não poluentes.

Dentro das alternativas que formulo estão soluções viárias como a construção do túnel ligando as zonas Leste à Noroeste; o impulso ao turismo com a complementação do Parque Valongo e a mudança de endereço do Terminal de Cruzeiros; a implantação de áreas de livre comércio que impulsionem as exportações e a geração de emprego e renda.

Para isso, proponho atuar em parceria com os governos Estadual e Federal para a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Área Continental. Também quero criar a Regional do Distrito Porto-Industrial da Alemoa e revitalizar o Bairro Alemoa Industrial, com melhorias no sistema viário e iluminação pública.

Vou promover gestões para garantir a construção do novo viaduto da Alemoa; fortalecer a integração Porto-Cidade por meio de acordos de cooperação com o Governo Federal; trabalhar em conjunto com o Governo do Estado e Governo Federal para implantação do túnel Santos-Guarujá.

São projetos planejados em conjunto com quem pensa e faz o porto, pois ninguém faz nada sozinho, para garantir que Santos continue avançando. Trabalho desenvolvido com a experiência de quem sabe fazer, ética e transparência, tudo isso para garantir resultados positivos para todos.



Rosana Valle (PL) (Alexander Ferraz/AT)

Rosana Valle (PL)

55 anos, nascida em Santos. É jornalista, escritora, membro da Academia Santista de Letras e deputada federal. Foi eleita pela primeira vez para a Câmara em 2018. Está em seu segundo mandato consecutivo no Congresso.

Número na urna: 22

O Porto de Santos é a principal força propulsora do desenvolvimento da nossa cidade e não pode ser negligenciado em qualquer política de emprego e renda. Primeiramente, nós vamos resolver o problema das empresas que têm encontrado dificuldades burocráticas junto à Prefeitura de Santos. As empresas do Porto que precisam de licença de funcionamento e autorizações da Prefeitura estão reféns da falta de critério do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) dos seus empreendimentos.

O Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (Trimmc) não tem critérios objetivos. Vamos eliminar esse gargalo, simplificando processos e facilitando a vida dos empreendedores. A nossa gestão tem por prioridade valorizar a livre iniciativa,

retirando os entraves da construção de riqueza e geração de novos empregos. Por outro lado, queremos trazer as empresas de Santos para dentro do Parque Tecnológico, a exemplo do que foi feito em São José dos Campos. Isso significa criar um ambiente de parcerias com as empresas do mundo digital, que pode favorecer novos negócios e impor novo dinamismo na economia da cidade.

Também vamos criar um amplo programa de capacitação profissional, em parceria com o Sistema S, as Escolas Técnicas e as universidades, para preparar nossa população para as demandas atuais do mercado de trabalho, com cursos de capacitação profissional alinhados com as necessidades da região.

Além disso, faremos a inclusão comunitária, fortalecendo o vínculo com o Porto e valorizando suas atividades; atrairemos investimentos para setores produtivos e tecnológicos na área portuária e capacitação profissional; desenvolveremos um planejamento integrado que harmonize à infraestrutura portuária com as necessidades urbanas; vamos assegurar a participação ativa do município em conselhos e, por fim, fortalecer a colaboração com a União para garantir que as decisões sobre o Porto considerem os interesses do município - usando o mesmo mecanismo para mitigar impactos negativos.



Telma de Souza (PT)

(Vanessa Rodrigues/AT) Telma de Souza (PT)

79 anos, nascida em Santos. Pedagoga, advogada e mestre em Saúde Pública, foi prefeita de Santos entre 1989 e 1992, deputada federal, deputada estadual e, atualmente, é vereadora.

Número na urna: 13

Somos uma cidade portuária e a Prefeitura tem de ser protagonista na relação Porto-Cidade. Essa relação já foi melhor. Prova disso é que, nos anos 1990, consegui, enquanto prefeita, a readmissão de 5.372 trabalhadores da antiga Codesp que foram demitidos arbitrariamente. Mas, em anos recentes, essa relação foi prejudicada.

É desse período (2019-2022) em que não houve diálogo Porto-Cidade a imposição de um novo Plano de Desenvolvimento de Zoneamento (PDZ) que ignorou as nossas instituições. Esse plano permite um terminal de gás com navios-bomba no canal do Porto em meio a bairros populosos, além da instalação no Macuco de um terminal de amônia, a mesma substância que em 2020 causou uma tragédia em Beirute.

Hoje temos o Governo Federal mais sensível aos problemas locais. Prova disso é que o túnel Santos-Guarujá será uma realidade já nos próximos anos. Entre as principais propostas da nossa candidatura para fortalecer a relação Porto-Cidade, estão gestões junto ao Governo Lula para a reformulação do PDZ, para evitar que 40 empresas poluentes se instalem no Município, assim como a garantia de que o túnel não vai resultar em desapropriações, conforme o projeto da Autoridade Portuária de Santos (APS). O Estado quer empurrar um traçado antigo, com dezenas de desapropriações. E, finalmente, a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Santos.

Já existem mais de 20 ZPEs no Brasil e o Governo Federal já concluiu, por meio de estudo, a viabilidade da ZPE de Santos. Queremos empresas limpas e desenvolvidas em ESG (Governança ambiental, social e corporativa). A Área Continental do Município e o nosso Parque Tecnológico podem vivenciar um desenvolvimento gigantesco em setores como o de produtos de saúde, de tecnologia da informação e logística e de energia limpa, todos da Nova Economia.

Santos é uma Cidade que tem um Porto e não um Porto que tem uma Cidade. Por essa lógica, a municipalidade tem de estar no centro das decisões dessa relação. É isso que faremos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/09/2024

TRANSAÇÃO BILIONÁRIA PODE COLOCAR O PORTO DE SANTOS ENTRE OS PRINCIPAIS HUBS DO MUNDO, DIZEM ESPECIALISTAS

Análise acontece após compra de quase 48% da Santos Brasil pelo Grupo CMA CGM

Por **Bárbara Farias**



Expertise logística e presença da CMA CGM em diversos países são apontadas como vantagens para impulsionar negócios após negociação (Vanessa Rodrigues/AT)

A aquisição de quase 48% da Santos Brasil pelo Grupo CMA CGM, gigante francesa do transporte marítimo global, em uma transação que envolve R\$ 6,3 bilhões em investimentos e foi anunciada na noite de domingo (22), pode colocar o Porto de Santos entre os principais hubs estratégicos do mundo. Essa é a avaliação de especialistas em comércio exterior consultados

por A Tribuna. Eles consideram o peso da companhia que opera o Tecon Santos, o maior terminal de contêineres da América Latina.

O advogado especialista em Logística, Direito Marítimo e Agronegócios, Larry Carvalho, entende que a entrada da CMA CGM pode ser um divisor de águas na modernização e na eficiência operacional do Porto de Santos.

“Ela traz o potencial de reduzir custos operacionais e aumentar a capacidade de escoamento da produção nacional, impactando positivamente no comércio marítimo e na cadeia de suprimentos. Santos se consolidaria ainda mais como um hub estratégico para o comércio global, especialmente nas rotas que conectam a América Latina com a Ásia, Europa e Estados Unidos”.

O diretor de Comércio Exterior da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços do Brasil (Cisbra), Arno Gleisner, entende que a companhia deverá efetuar investimentos para atualizar e aumentar a eficiência dos terminais.

Para ele, isso “também significa empregos e atividades de suprimento na região, aumento da concorrência saudável aos usuários e para a cadeia produtiva que utiliza o porto, favorecendo a economia de Santos, do Estado de São Paulo e do País”.

Para o especialista em Negócios e Relações Internacionais, Leandro Lopes, a aquisição pode estimular uma maior integração entre os terminais e as rotas marítimas globais da CMA CGM, ampliando a conectividade do Brasil com mercados internacionais.

“Santos se beneficia em termos de infraestrutura e em expertise global, abrindo caminho para um aumento expressivo na movimentação de cargas e melhoria da competitividade no comércio exterior”.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, comemora a transação e afirma que a CMA CGM “se manifestou oficialmente informando que o Porto de Santos é considerado como de primeira classe em infraestrutura e logística. Por isso, resolveu investir e atuar em parceria com APS e os demais órgãos regulatórios”.

Tecon Santos

Localizado na Margem Esquerda do Porto de Santos, em Guarujá, o Tecon Santos opera em uma área de 600 mil metros quadrados.

O contrato de arrendamento é válido até 2047 e a capacidade do terminal é de 2,5 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner padrão de 20 pés), expansível para 3 milhões de TEU, e berços de atracação simultânea para até três navios de 14 mil TEU.

Aquisição envolve R\$ 6,3 bilhões

A Santos Brasil divulgou, no domingo (22), fato relevante ao mercado detalhando o contrato de compra e venda de ações, que envolve a aquisição de 47,6% da companhia pelo Grupo CMA CGM por R\$ 6,3 bilhões. O gigante do transporte marítimo global lançará uma oferta pública de aquisição da participação remanescente.

Pelo acordo, a CMA CGM comprará cerca de 215 milhões de ações e quase 40 milhões de global depositary receipts da Santos Brasil, pertencentes à empresa brasileira de investimentos Opportunity, por R\$ 15,30 cada. O preço representa um prêmio de 20% sobre o preço de fechamento de R\$ 12,71 das ações da Santos Brasil na sexta-feira.

A CMA CGM apresentará a oferta pública de aquisição no prazo de 30 dias após a conclusão da compra da participação, que ainda requer a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A previsão é de que a transação comercial seja concluída no primeiro trimestre de 2025.

“Estou satisfeito que o Grupo CMA CGM tenha concluído este acordo estratégico para a aquisição da Santos Brasil, que opera cinco terminais no Brasil, incluindo o maior terminal de contêineres do Porto de Santos, movimentando 40% dos volumes brasileiros, além de uma empresa de logística. Este investimento significativo reflete nosso compromisso em fortalecer nossa parceria com o Brasil e apoiar seu crescimento nos próximos anos”, afirma o CEO do Grupo CMA CGM, Rodolphe Saadé.

Procurada por A Tribuna, a Santos Brasil informou, nesta segunda (23), que não se pronunciará sobre o negócio ou futuros investimentos no Tecon Santos por enquanto.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/09/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SETOR AEROPORTUÁRIO - COM INVESTIMENTO DE R\$ 180 MI, PORTO NO ESPÍRITO SANTO UTILIZARÁ O MODAL FERROVIÁRIO PARA EXPANSÃO COMERCIAL

Ministro Silvio Costa Filho inaugurou conjunto de obras realizadas no porto organizado do estado



Conjunto de obras no porto organizado do Espírito Santo ampliará a logística do estado - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Mais desenvolvimento, segurança e expansão do modal portuário. Com esses objetivos, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, inaugurou nesta segunda (23) um conjunto de obras no porto organizado do Espírito Santo. O pacote de melhorias, com oito intervenções realizadas, garantirá maior competitividade do mercado capixaba frente aos demais portos do país. De quebra, vai permitir a criação de novos negócios, em especial os de graneis agrícolas.

“Por orientação do presidente Lula, nós estamos ampliando os investimentos em todo o Brasil e não é diferente no Espírito Santo. Seja por meio de recursos públicos ou privados, o estado continuará prosperando por diferentes motivos. O primeiro deles é pela localização estratégica, também pelo grande potencial que existe no porto e pela capacidade empreendedora que tem o povo capixaba”, destacou o ministro Costa Filho.

O titular da pasta de Portos e Aeroportos indicou que o crescimento na movimentação de cargas está diretamente ligado aos aportes que estão sendo realizados. “O setor portuário aqui no estado



creceu mais que 15% no primeiro semestre. Quando a gente observar esse crescimento, aliado aos investimentos de R\$ 180 milhões, eles são fundamentais para a gente, cada vez mais, melhorar a infraestrutura dos modais de transportes e ampliar o poder de capacidade dos portos do Espírito Santo”, ressaltou.

As benfeitorias realizadas nos portos de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho devem impulsionar a economia do estado, que tem como destaque a produção de petróleo e gás e a exportação de produtos siderúrgicos e minérios. Ao todo, as intervenções contaram com investimento de R\$ 180 milhões aportados pela Vports, concessionária privada responsável pela gestão dos complexos do Espírito Santo.

Novos investimentos em dragagem foram anunciadas pelo ministro Costa Filhos

Presente no evento, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, disse que o estado tem trabalhado na eficiência e na qualificação de profissionais. “Nós temos aqui uma necessidade de consolidar de forma muito objetiva uma eficiência portuária. O nosso estado precisa de uma infraestrutura eficiente e, modestia a parte, não existe uma região mais organizada do que a nossa. O comércio internacional é uma âncora para assegurar o nosso futuro e esse investimento que está sendo feito aqui é muito importante para conectar os nossos modais”, assegurou.

Obras entregues

Realizadas ao longo de 24 meses, as melhorias entregues nesta segunda-feira incluem a reforma estrutural dos berços de atracação 206, utilizado para movimentação de combustível, e 905, que proporcionará maior segurança aos trabalhadores e embarcações que chegam ao porto. Também houve a reforma dos armazéns graneleiros do Terminal de Cereais de Capuaba, com a intervenção nos dois silos, com capacidade para armazenamento de 80.000 toneladas de produtos como trigo e malte.

Para maior segurança das operações, o complexo portuário ganhou um novo sistema de combate a incêndios, alinhado com as regras internacionais do setor. Outra importante intervenção foi a recuperação e revitalização da estrutura ferroviária que passa por dentro do porto. A conclusão desse trabalho vai possibilitar o aumento da movimentação de carga via férrea, melhorando a logística de transporte entre os modais.

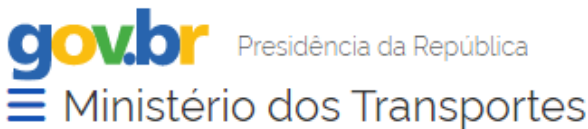
Porto intermodal

A utilização da ferrovia para movimentação de produtos abre caminhos para a criação de uma nova rota logística entre Espírito Santo e os estados da região Centro-Oeste, em especial Goiás e a região do Triângulo Mineiro. Mais do que permitir a integração entre os modais, a via férrea vai diminuir o custo logístico e o transporte de produtos agrícolas. A expectativa é de que a nova estrutura ferroviária – ligada à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) - seja utilizada especialmente para movimentação de fertilizantes e farelo de soja, com maior capacidade, eficiência e agilidade.

Novos investimentos

Durante o evento desta tarde, o ministro Silvio Costa Filho fez anúncio de novos investimentos para o porto organizado do estado. O principal dele foi a assinatura do termo para realização de serviço de dragagem dos Portos de Vitória e Barra do Riacho. Para essas intervenções serão investidos R\$ 26 milhões pela concessionária dos complexos.

O aporte permitirá a manutenção da profundidade do canal, garantindo os calados operacionais para recebimento de navios maiores. Para Vitória, está previsto um volume de dragagem de 280 mil metros cúbicos. Em Barra do Riacho, o volume será de 350 mil metros cúbicos, onde será feita a primeira intervenção desse tipo desde 2013. As obras estão previstas para acontecer entre outubro deste ano e fevereiro de 2025.



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

AVISO DE PAUTA - LEILÃO DA ROTA DOS CRISTAIS: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES COLOCA EM DISPUTA PRINCIPAL LIGAÇÃO ENTRE O CENTRO-OESTE, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO

Previsão é que a concessão gere quase 100 mil empregos com R\$12 bilhões investidos no trecho da BR-040. Entre principais melhorias, estão 342 km de faixas adicionais e dois PPDs

Nesta quinta-feira (26), entra em concorrência na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) a concessão do lote rodoviário da BR-040, conhecido como Rota dos Cristais. O trecho que liga Cristalina, em Goiás, à capital mineira Belo Horizonte. A Rota dos Cristais tem grande importância econômica e social, ligando o Centro-Oeste aos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O ministro dos Transportes, Renan Filho, estará presente no evento, assim como o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale.

O critério para o leilão da rodovia será o da menor tarifa somada à curva de aporte, com período de concessão por 30 anos. O trecho em questão da BR-040/GO/MG tem 594,8 km de extensão e a expectativa é de R\$12,096 bilhões em investimentos, somando captação e serviços operacionais, além de uma geração de empregos estimada em 94 mil postos de trabalho diretos e indiretos.

A empresa que vencer o leilão vai se comprometer com a duplicação de 9,9 km da rodovia, construção de 342,9 km de faixa adicional e 61,6 km de vias marginais. Também devem ser erguidas 43 passarelas de pedestres, executadas 18 passagens de fauna, instalados dois pontos de Parada de Descanso. Mais de 4,2 milhões de pessoas serão beneficiadas.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem se credenciar pelo e-mail: imprensa@b3.com.br.

O leilão poderá ser acompanhado ao vivo pelo canal do Ministério dos Transportes no YouTube: <https://www.youtube.com/live/a2ISB7XsW8A>

SERVIÇO

O quê: Leilão da BR-040/GO/MG (trecho entre Cristalina/GO e Belo Horizonte/MG)

Quando: Quinta-feira (26), às 14h

Onde: B3 - Rua Quinze de Novembro, 275 - Centro Histórico de São Paulo

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 24/09/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – MAIOR GOVERNANÇA NO SETOR DE GÁS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A criação do Comitê de Monitoramento do Setor de Gás Natural (CMSGN), pelo Ministério de Minas e Energia, é um importante avanço na governança do setor energético brasileiro. Ao instituir um órgão colegiado com a responsabilidade de acompanhar de forma sistemática as políticas públicas e as dinâmicas do mercado de gás natural, o Governo demonstra seu compromisso em garantir a segurança energética do País e promover o desenvolvimento desse importante setor.



O CMSGN, ao atuar como um fórum de discussão e tomada de decisões, permitirá uma maior coordenação entre os diferentes atores envolvidos no setor, como o Governo, a agência reguladora e as empresas. Essa articulação é fundamental para garantir a eficiência e a eficácia das políticas públicas, além de promover a transparência e a participação da sociedade nas decisões que afetam o setor.

Uma das principais vantagens da criação do CMSGN é a possibilidade de identificar e solucionar problemas de forma mais rápida e eficiente. Ao monitorar de forma contínua o mercado de gás natural, o comitê poderá antecipar crises, identificar gargalos e propor soluções inovadoras. Além disso, o CMSGN poderá contribuir para a melhoria do ambiente de negócios, incentivando os investimentos e promovendo a competitividade do setor.

A participação de representantes da sociedade civil e do setor privado nas discussões do CMSGN é fundamental para garantir que as decisões tomadas reflitam as necessidades e os interesses de todos os atores envolvidos. A transparência e a participação são elementos essenciais para a construção de um setor energético mais justo e democrático.

É importante ressaltar que o sucesso do CMSGN dependerá da sua capacidade de atuar de forma independente e técnica, com base em dados e evidências. O comitê deverá contar com profissionais qualificados e com acesso a informações precisas e atualizadas sobre o mercado de gás natural.

A criação do CMSGN representa um passo importante para o fortalecimento do setor de gás natural no Brasil. Ao promover a coordenação, a transparência e a participação, o comitê contribuirá para garantir a segurança energética do País, estimular a inovação e promover o desenvolvimento econômico e social, essencial para o crescimento da sociedade brasileira. Nesse sentido, a expectativa é que o CMSGN se torne um referencial em termos de governança e regulação do setor de gás natural, inspirando a criação de mecanismos semelhantes em outros setores da economia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS - APÓS NOTÍCIA DE VENDA PARA A CMA CGM, AÇÕES DA SANTOS BRASIL FECHAM EM ALTA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AÇÕES EM ALTA 1

As ações da operadora portuária e logística Santos Brasil (STBP3) fecharam essa segunda-feira, dia 23, com uma valorização de 16,4%, a maior alta do Ibovespa no dia. Foi a principal resposta do mercado à notícia divulgada na noite do domingo, dia 22, de que a multinacional francesa CMA CGM, uma das líderes no mercado de transporte marítimo, fechou um acordo com o maior acionista da Santos Brasil, o fundo de investimento Opportunity, para comprar sua participação na empresa, que chega a 47,6%. O valor a ser pago é de R\$ 6,3 bilhões.

AÇÕES EM ALTA 2

Parte do acordo, a CMA CGM assumiu o compromisso de realizar uma oferta pública de aquisição (OPA), para comprar as demais participações na Santos Brasil, em até 30 dias após a obtenção da fatia de 47,6%. Toda essa transação ainda depende da autorização do órgão regulador de mercado, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

AÇÕES EM ALTA 3

Em uma coletiva nessa segunda-feira, o CEO da CMA CGM, Rodolphe Saade, afirmou que “o Brasil é um país que está crescendo rápido e temos como custear nossas ambições”, referindo-se ao fato de que a compra das ações da Santos Brasil será feita com recursos próprios da empresa. De acordo com o executivo, o comércio internacional em regiões como a América do Sul tem crescido, o que vem impulsionando o desenvolvimento da companhia.

AÇÕES EM ALTA 4

Com a compra da Santos Brasil, Saade afirmou que deve reduzir o tempo de espera para atracação dos navios da CMA CGM no Terminal de Contêineres (Tecon) do Porto de Santos (SP), instalação que é a joia da coroa entre os ativos da companhia brasileira. Atualmente, embarcações podem esperar até 10 dias para atracar.

AÇÕES EM ALTA 5

Neste ano, a CMA CGM, empresa da família Saade, vem expandindo seus negócios, o que inclui a compra de empresas de outros setores da economia. No último dia 2 de julho, a multinacional adquiriu um dos principais canais de notícias da França, a BFMTV, por 1,55 bilhão de euros. A BFMTV adota uma linha liberal de jornalismo, tendo como principal concorrente no país europeu a CNews, ligada à direita europeia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2024

NACIONAL - GÁS NATURAL EM FOCO: GOVERNO CRIA COMITÊ DE MONITORAMENTO PARA SETOR

Ministro de Minas e Energia anunciou a iniciativa durante a cerimônia de abertura da conferência Rio Oil & Gas

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou que a participação da sociedade e do setor produtivo será crucial para o sucesso das políticas no setor de gás natural (Foto: Tauan Alencar/MME)

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou na segunda-feira (23) a criação do Comitê de Monitoramento do Setor de Gás Natural (CMSGN) por meio de uma portaria. Este comitê será responsável por assessorar, articular e monitorar as políticas públicas

relacionadas ao gás natural, com o objetivo de garantir a continuidade e a segurança do abastecimento em todo o Brasil.

Durante a cerimônia de abertura da conferência Rio Oil & Gas (ROG.e), realizada no Rio de Janeiro, Silveira enfatizou a relevância do programa “Gás Para Empregar” para o país. “O comitê gerenciará continuamente o setor de petróleo e gás. Ouvimos a sociedade e o setor produtivo para enriquecer as iniciativas, permitindo que as políticas públicas se alinhem às reais necessidades do setor e da população. O gás é um recurso de interesse nacional e um combustível importante na transição energética”, destacou o ministro.

A criação do CMSGN já estava prevista no Decreto nº 12.153/2024, que instituiu o programa Gás Para Empregar. O comitê funcionará de maneira semelhante ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com reuniões mensais e a possibilidade de encontros extraordinários, convocados pelo ministro de Minas e Energia, que presidirá o colegiado.

As reuniões contarão com representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O CMSGN terá também a autoridade de interagir com instituições públicas e privadas do setor de gás natural, promovendo a implementação de soluções e monitorando a evolução de projetos essenciais para o setor.

Além das atividades de monitoramento, o comitê será encarregado de elaborar propostas para ajustes e recomendações de ações preventivas, com o intuito de facilitar o abastecimento e ampliar o mercado de gás no Brasil, fortalecendo o setor energético e buscando a modicidade tarifária e de preços em todo o território nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/09/2024

NACIONAL - NOVO PROGRAMA DO GOVERNO VISA ATRAIR R\$ 280 BILHÕES PARA O SETOR DE PETRÓLEO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou na segunda-feira (23) a assinatura da portaria que estabelece o programa Potencializa E&P. Essa iniciativa tem como objetivo promover a exploração e produção sustentável de petróleo e gás, focando em novas áreas exploratórias e em campos de economicidade marginal. O programa foi oficialmente lançado durante a cerimônia de abertura da conferência Rio Oil & Gas (ROG.e), realizada no Rio de Janeiro, e busca atrair investimentos internacionais, além de apoiar a transição energética.

O Potencializa E&P contará com a participação do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), junto a outras instituições convidadas que não terão direito a voto nas deliberações.

Subcomitês

O programa será estruturado em cinco subcomitês, que se concentrarão em: Desenvolvimento Sustentável das Atividades de E&P; Fomento ao Desenvolvimento de Campos de Economicidade Marginal; Aprimoramentos no Sistema de Oferta de Áreas para E&P; Incentivos à Expansão da Cadeia de Fornecimento de Bens e Serviços Nacionais; e Desenvolvimento dos Recursos de Petróleo e Gás Natural em Reservatórios Não Convencionais.

Na Margem Equatorial, o Governo projeta investimentos de R\$ 280 bilhões, com a expectativa de que as reservas alcancem até 10 bilhões de barris de petróleo, resultando em potencial para criar 350 mil novos empregos. As receitas governamentais estimadas podem ultrapassar R\$ 1 trilhão. Além disso, a exploração de gás não convencional, que pode gerar até 32 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, tem o potencial de criar até 140 mil postos de trabalho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/09/2024

REGIÃO NORDESTE - BAHIA RECEBE R\$ 6 BI PARA INFRAESTRUTURA DE AVIAÇÃO, PORTOS E HIDROVIAS

Recursos para os empreendimentos são provenientes do Novo PAC e do Fundo da Marinha Mercante

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Silvio Costa Filho, anunciou na manhã desta segunda-feira (23), em Salvador, investimentos de mais de R\$ 6 bilhões para obras do Porto de Ilhéus e de Salvador, para o aeroporto de Barreiras e a construção e expansão de duas hidrovias no estado. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

OS EMPREENDIMENTOS CONTAM COM RECURSOS DO NOVO PAC (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO) E DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou na manhã desta segunda-feira (23), em Salvador, investimentos de mais de R\$ 6 bilhões para obras do Porto de Ilhéus e de Salvador, para o aeroporto de Barreiras e a construção e expansão de duas hidrovias no estado. O anúncio foi feito ao lado do ministro Rui Costa, da Casa Civil, e do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues.



Os empreendimentos contam com recursos do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

“Hoje é um dia muito importante, estamos com a ordem de serviço, de R\$ 50 milhões, para a conclusão definitiva do aeroporto de Barreiras. Este aeroporto vai fortalecer o turismo de negócios, de lazer e dar início ao plano de fortalecimento da aviação do estado da Bahia. Estamos, aqui, cuidando de aeroportos fundamentais para o estado, que ajudarão no desenvolvimento da região”, afirmou o ministro.

Silvio Costa Filho destacou também a assinatura de convênios com o Fundo da Marinha Mercante, para a construção e ampliação de hidrovias. “Ao final, serão mais de R\$ 6 bilhões de investimentos, que vão gerar mais de sete mil empregos diretos, e mais indiretos, que serão fundamentais para o desenvolvimento da Bahia.”

No evento, foi anunciado o início das obras de dragagem de manutenção do Porto de Ilhéus, que devem garantir profundidade de 10m para acesso aos navios, mantendo a agenda comercial do local. O valor do empreendimento é de R\$ 20 milhões e está em fase de homologação.

O ministro também entregou as obras de dragagem do Porto de Aratu, com investimentos de R\$ 50 milhões, da CS Portos, e as obras de adequação da pavimentação da retroárea do ancoradouro do Porto de Salvador. O empreendimento recebeu um reforço com concreto armado para aumentar a capacidade de suporte da pavimentação e modernização do sistema elétrico. Os investimentos são de R\$ 16,71 milhões e a conclusão da obra está prevista para dezembro deste ano.

Costa Filho anunciou ainda a licitação das obras do aeroporto de Barreiras. Estão previstas a reforma e ampliação da pista de pouso e decolagem (PPD), do pátio de aeronaves e da Taxiway (pista de taxiamento do aeroporto, que permite que as aeronaves rodem para o terminal ou pista), construção do Novo Terminal de Passageiros e aquisição e instalação de equipamentos e execução de serviços complementares.

O empreendimento vai receber, por meio do Novo PAC, um aporte no valor de R\$ 50 milhões, com recursos 100% da União, sem contrapartida. O prazo estimado para conclusão das obras é de oito meses.

Em relação às hidrovias, com a aprovação de empréstimos com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), será feita a construção do Terminal de Uso Privativo Bamin, no Porto Sul, em Ilhéus. O TUP faz parte do Projeto Integrado Pedra de Ferro, que conta ainda com a Mina Pedra de Ferro, em Caetitê, e com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL I). O terminal vai receber investimentos de R\$ 4,59 bilhões do Fundo.

Já a terceira fase do projeto de expansão do terminal do Tecon Salvador vai receber o total de 942,43 milhões do Fundo da Marinha Mercante. As obras vão garantir a construção da nova retroárea do terminal, que será contido, na sua interface com o cais, por meio de uma cortina de estacas de prancha metálicas.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, elogiou o trabalho do ministro Silvio Costa Filho à frente do Ministério de Portos e Aeroportos e comemorou os investimentos feitos na Bahia. “Hoje é o dia da materialização do fortalecimento dos portos da Bahia. O ministro Silvio, com seu dinamismo, apresentou ao presidente Lula a proposta de utilizar até 30% do valor do fundo da marinha mercante para financiar os portos do país, aqueles que precisam de apoio para alavancagem, e assim está sendo destinado”.

Rui Costa comemorou, ainda, a abertura de 180 novos mercados no mundo para o Brasil, e a maior possibilidade de tráfego marítimo. “Os investimentos em infraestrutura retornaram ao país”, pontuou.

Também estiveram presentes na cerimônia de anúncio os secretários nacionais de Portos, Alex Ávila, de Aviação Civil, Tomé Franca, de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes, e do diretor-presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), Antônio Gobbo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/09/2024

REGIÃO NORDESTE - BRS 324 E 116 TERÃO OBRAS EMERGENCIAIS APÓS SAÍDA DA VIABAHIA

Segundo o Governo, rodovias baianas passarão por recuperação após falha da concessionária, com novo leilão programado para 2026

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



A expectativa do Governo Federal é iniciar as obras de recuperação no primeiro trimestre do próximo ano, com a BR-324 como prioridade, devido às suas condições mais críticas (Foto: Divulgação/PRF)

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou que o Governo Federal planeja iniciar obras emergenciais de recuperação nas BRs 324/BA e 116/BA no primeiro trimestre de 2025, além de preparar um novo leilão de concessão previsto para 2026. As ações serão realizadas após a saída da concessionária ViaBahia, que administrava as rodovias, devido a negociações que não avançaram conforme o esperado.

“Eu disse: ou vocês (ViaBahia) de fato se comprometem minimamente com essa renegociação, que revê todo o formato do contrato e dos investimentos, ou não é possível continuar”, afirmou o ministro na segunda-feira (23), durante a entrega de obras de infraestrutura no estado da Bahia.

“A rodovia, especialmente a BR-324, está em estado deplorável, não corresponde nem de longe ao padrão que deveria ter, está muito ruim. Já a BR 116 tem um padrão um pouco melhor, mas a ViaBahia não fez os investimentos que se comprometeu a fazer ao longo desses anos”, detalhou Rui Costa.

A concessionária, que administrava as rodovias há mais de uma década, não conseguiu cumprir os compromissos previstos em contrato, levando o Governo a solicitar sua retirada. O ministro explicou que, após meses de tentativas de renegociação por meio de uma câmara de conciliação formada em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU), não foi possível chegar a um acordo que contemplasse as necessidades das estradas.

Com a decisão pela retirada da ViaBahia, o Governo agora aguarda a homologação do Tribunal de Contas da União (TCU) para formalizar o fim do contrato, previsto para 31 de dezembro. Segundo Rui Costa, a União já se prepara para realizar obras emergenciais nas rodovias, com foco especial na BR-324.

“Já pedi ao ministro Renan Filho (Transportes) que inicie um levantamento da situação. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) já está na rodovia fazendo esse trabalho, e publicaremos uma licitação para a recuperação emergencial assim que o TCU der o aval”, disse o ministro.

A expectativa do Governo é iniciar as obras de recuperação no primeiro trimestre de 2025, com a BR-324 como prioridade, devido às suas condições mais críticas. A BR-116 receberá intervenções pontuais.

Novo leilão

Para garantir a continuidade dos serviços e melhorias nas rodovias, o Governo também planeja um novo leilão de concessão.

“Vamos preparar um novo leilão, porque uma rodovia não é só pavimento, mas também serviços agregados, como ambulância e apoio aos motoristas”, comentou Rui Costa. Ele enfatizou a necessidade de um contrato mais eficiente, que seja benéfico tanto para a empresa quanto para os usuários.

O leilão está previsto para ocorrer em 2026, após a conclusão das obras emergenciais e a preparação do novo projeto de concessão.

As rodovias BR-116 e BR-324 têm um papel fundamental na Bahia, ao viabilizar o transporte de grãos e conectar os produtores à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), que escoar as mercadorias até o Porto de Ilhéus.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2024

REGIÃO NORDESTE - SUAPE TEM MELHOR AGOSTO DE SUA HISTÓRIA, DIZ AUTORIDADE PORTUÁRIA

Cais pernambucano obteve marca graças à movimentação de granéis líquidos, como petróleo e gasolina

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebenews.com.br



O volume foi impulsionado pelos granéis líquidos (petróleo e gasolina). É o maior número desde o início das operações de Suape, há 45 anos. Foto: Divulgação

O Porto de Suape (PE) registrou sua maior movimentação de cargas em um único mês, em agosto, com mais de 2 milhões de toneladas operadas: exatamente 2.658.036 toneladas. O volume foi impulsionado pelos granéis líquidos (petróleo e gasolina). É o maior número desde o início das operações de Suape, há 45 anos.

A última melhor marca havia sido registrada em outubro de 2022, com 2.534.528 toneladas.

De acordo com a autoridade portuária de Suape, este também é o maior crescimento percentual deste ano (41%) em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, a movimentação soma 17.150.473 toneladas, representando aumento de 7,3% em relação a 2023.

As mercadorias líquidas são o carro-chefe de Suape e responsáveis por 65,5% de tudo que é movimentado no atracadouro. Nesse rol, estão o petróleo e seus derivados, como combustíveis, GLP, óleo bruto e outros. O total deste grupo chegou a 1.716.490 toneladas em agosto, o maior volume do ano e 37% maior que o registrado no mesmo mês de 2023.

A movimentação de contêineres, na qual Suape é líder no Nordeste, chegou a 667.415 toneladas e 59.571 TEUs (medida que representa o espaço ocupado por um contêiner de 20 pés de comprimento). Em ambas medidas, o aumento foi de 31% no mês.

Percentualmente, a carga com maior elevação foi a de granéis sólidos, que engloba, principalmente, o trigo e o coque de petróleo. O aumento chegou a 172%, totalizando 208.549 toneladas. A carga geral solta passou de 38.722 t, em agosto de 2023, para 65.583 toneladas no mês passado, correspondendo a um crescimento de 69%. São itens como veículos, açúcar ensacado, chapas e bobinas de aço, equipamentos para a indústria eólica, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

As importações de agosto somaram 765.557 toneladas e 94% de aumento, enquanto as exportações, 120.106 toneladas e 79% de crescimento. A cabotagem teve um incremento de 25% e fechou em 1.772.374 toneladas. Já a quantidade de atracações chegou ao total de 162.

“Comemoramos mais um resultado positivo no qual Suape mostra a sua força e o seu potencial para crescer. Somos o sexto porto público que mais movimenta carga no Brasil, estrategicamente conectado aos principais complexos portuários do mundo”, conclui o diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária, Rinaldo Lira.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/09/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTOS CAPIXABAS RECEBEM R\$ 26 MILHÕES PARA DRAGAGEM E EXPANSÃO

Projeto busca aumentar capacidade operacional e atrair navios de maior porte, com conclusão prevista até 2025

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



As melhorias inauguradas no Porto Organizado do Espírito Santo foram executadas ao longo de 24 meses. O investimento total nas intervenções foi de R\$ 180 milhões (Foto: Gabriel Lordello/Vports)

A Vports, concessionária que administra os portos de Vitória e Barra do Riacho, informou que realizará um investimento de R\$ 26 milhões para a execução de serviços de dragagem nos complexos. O anúncio foi feito na segunda-feira (23), durante a inauguração de melhorias no Porto Organizado do Espírito Santo, pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

“Nossos esforços estão voltados para fortalecer o complexo portuário, visando a impulsionar um ambiente de negócios mais dinâmico, eficiente e ágil, dentro de um projeto sólido, de crescimento e desenvolvimento compartilhado”, afirmou Gustavo Serrão, presidente da Vports.

O investimento tem como objetivo a manutenção da profundidade do canal, assegurando os calados operacionais para o recebimento de navios de maior porte. Para o Porto de Vitória, está programada uma dragagem de 280 mil metros cúbicos, enquanto em Barra do Riacho, o volume estimado é de 350 mil metros cúbicos. As obras estão agendadas para ocorrer entre outubro deste ano e fevereiro de 2025.

As melhorias inauguradas no Porto Organizado do Espírito Santo foram executadas ao longo de 24 meses e incluem a reforma estrutural dos berços de atracação 206, voltado para a movimentação de combustíveis, e 905, com foco na segurança de trabalhadores e embarcações. Também foram reformados os armazéns graneleiros do Terminal de Cereais de Capuaba, que incluem intervenções nos silos com capacidade total para 80 mil toneladas de produtos, como trigo e malte. O investimento total nas intervenções foi de R\$ 180 milhões, previsto no contrato de concessão da Vports.

“São projetos importantes dentro do propósito de investir em aumento da capacidade, diversificação de cargas e novas áreas de exploração portuária. Temos uma vantagem competitiva em função da localização privilegiada, atuando como um elo logístico que envolve diversos modais”, disse Serrão.

O ministro Costa Filho mencionou que os aportes em infraestrutura são essenciais para o desenvolvimento do setor portuário no estado. Ele citou um crescimento de 15% na movimentação de cargas no primeiro semestre, ressaltando que os recursos investidos podem melhorar a capacidade dos portos do Espírito Santo.

“Seja por meio de recursos públicos ou privados, o estado continuará prosperando por diferentes motivos”, declarou o ministro.

Combate a incêndios

Com a finalidade de aumentar a segurança das operações, o complexo portuário recebeu um novo sistema de combate a incêndios, em conformidade com as normas internacionais. A revitalização da estrutura ferroviária que atravessa o porto também foi realizada, permitindo o aumento da movimentação de carga por meio do modal.

A expectativa é que a nova estrutura, conectada à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), seja utilizada principalmente para o transporte de fertilizantes e farelo de soja, proporcionando maior eficiência e agilidade.

A previsão do Governo é que as melhorias no complexo portuário do Espírito Santo impulsionem a produção de petróleo, gás e a exportação de produtos siderúrgicos e minérios. Além disso, as intervenções visam fortalecer a competitividade do mercado capixaba e criar novas oportunidades de negócios, especialmente no setor de grãos agrícolas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/09/2024

REGIÃO SUDESTE - TERMINAL DE SANTOS ESPERA 1 MILHÃO DE PASSAGEIROS NESTA TEMPORADA

O primeiro navio, MSC Seaview, chega ao Porto de Santos no dia 8 de novembro e tem 40 escalas previstas até abril

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O terminal espera atender, pelo menos, 1 milhão de passageiros entre embarque, desembarque e trânsito, alcançando esse marco pelo segundo ano consecutivo. A última atracação será do navio Costa Diadema, marcado para o dia 20 de abril. Ao todo, serão 98 dias de operação. Foto: Divulgação/Concais

Concais, terminal marítimo de passageiros de Santos (SP), começa no dia 8 de novembro e promete números positivos para o turismo da região.

Serão 152 escalas, 15 navios, sendo seis de escalas regulares – da MSC os navios Seaview (o mais frequente, com 40 visitas), Grandiosa (o maior navio de passageiros que já navegou em águas brasileiras) Armonia e Splendida – e, da Costa Cruzeiros, os navios Costa Pacifica e Diadema. Virão ainda oito navios exclusivamente de trânsito com turistas estrangeiros.

O terminal espera atender, pelo menos, 1 milhão de passageiros entre embarque, desembarque e trânsito, alcançando esse marco pelo segundo ano consecutivo. A última atracação será do navio Costa Diadema, marcado para o dia 20 de abril. Ao todo, serão 98 dias de operação.

A grande novidade da próxima temporada será o Réveillon a bordo do Costa Pacifica, que ficará atracado na orla de Santos para o espetáculo de fogos da cidade. Com embarque em Santos e alternando paradas em Búzios e Angra dos Reis, com Ilhabela e Balneário Camboriú, o navio iniciará suas atividades regulares com a saída de seu primeiro minicruzeiro no dia 22 de novembro.

Para o Concais, a expectativa para a temporada reafirma a posição importante do terminal de cruzeiros para o Brasil e, conseqüentemente, o Porto de Santos como o principal destino marítimo.

“A projeção para essa temporada demonstra o quanto os cruzeiros já estão presentes na vida dos brasileiros. Nosso objetivo é seguir trabalhando para oferecer serviços de excelência para

armadoras, tripulantes e autoridades com a infraestrutura necessária para que tenhamos uma operação segura e ágil para todos os envolvidos”, destaca Javier Carnevale, Gerente de Operações do Concais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2024

REGIÃO SUL - ITAJAÍ RECEBE TRÊS ESCALAS DE CARGUEIROS ATÉ A PRÓXIMA SEMANA

Nesta segunda-feira (23), complexo realizou operação de desembarque do MSC Kalamata no berço público 03

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



O MSC Kalamata VII, cargueiro de bandeira da Libéria, atracou no berço 03 do Porto de Itajaí e vai realizar a operação de desembarque de 200 toneladas em cargas containerizadas

No entanto, a empresa ainda aguarda que a área do terminal tenha o seu alfandegamento autorizado pela Receita Federal. Segundo apurado pelo BE News, a expectativa é que a liberação ocorra até o final desta semana. Por meio de sua assessoria de comunicação, o Grupo JBS não confirma o início das operações no terminal, mas a previsão é que os serviços iniciem em 1º de outubro com as linhas já confirmadas.

O MSC Kalamata VII, cargueiro de bandeira da Libéria, atracou no berço 03 de Itajaí, em parceria com a operadora Portos SC. A embarcação saiu do Porto de Paranaguá (PR) e vai realizar a operação de desembarque de 200 toneladas em cargas containerizadas. Depois de cumprir escala em Itajaí, o navio seguirá para o Porto de Santos (SP).

Segundo a Autoridade Portuária, é esperado a chegada de mais um cargueiro no complexo de Itajaí. Trata-se do Maersk Lota, de bandeira de Singapura. A embarcação fará a mesma escala que o cargueiro da MSC.

Está previsto para chegar em Itajaí também o navio Chesapeake Highway. A embarcação deixou o Porto de Vitória (ES) para o Porto do Rio Grande (RS) e após essa trajetória seguirá para Itajaí, com previsão de atracação para o próxima segunda-feira, 30 de setembro. O navio carregará cerca de 350 veículos em contêineres.

Histórico

No mês de julho, o Complexo Portuário de Itajaí voltou a receber uma operação de contêineres após um ano e meio sem operar este tipo de carga. O navio cargueiro Star Lysefjord, de bandeira da Noruega, chegou ao porto catarinense vindo de Singapura para o desembarque de veículos.

Segundo a Autoridade Portuária, o mês de julho ainda recebeu a atracação de um segundo navio nos berços públicos.

Com a programação dos três navios, Itajaí receberá cinco navios de contêineres até a próxima semana, marcando o início da retomada das operações deste segmento no complexo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/09/2024

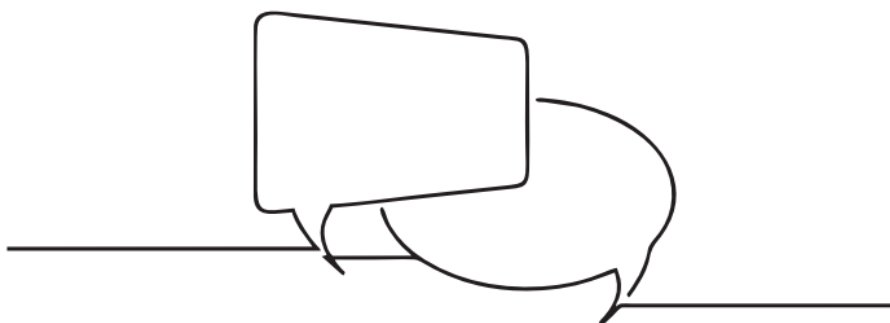
OPINIÃO – ARTIGOS - UM BEM PRECIOSO



MARCELO RECH

Presidente executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

opinioao@portalbenews.com.br



Você já refletiu por que dedica atenção a um conteúdo – seja de caráter jornalístico ou de entretenimento? O que prende sua atenção? O que a desvia? Quando você se conecta e se desconecta de um conteúdo? E por quê?

Todas essas perguntas têm relação com um dos bens mais preciosos de nossa era: o tempo. A tecnologia pode avançar sem limites, com inteligência artificial, 5G, 8k ou 1000 mega de internet, mas tudo esbarra num simples e imutável fato da vida: as 24 horas do dia não são elásticas, não ao menos sem comprometer a saúde. Então, é melhor que esse bem precioso seja despendido em algo que faça sentido em sua vida e a transforme positivamente, bem como a sociedade de uma forma geral.

Tais reflexões se tornaram cruciais para o modo de vida que teremos daqui para a frente. Não é apenas a separação entre verdade e mentira, realidade e fantasia, que definirão o resto de nosso século, mas o que elas significam em termos práticos nas nossas vidas: a escolha entre democracias versus autocracias, populismo versus sinceridade, estabilidade versus desarmonia social.

A imprensa não é a solução para todos os dilemas de nossos tempos, mas tente imaginar um mundo sem ela. Quem faria a depuração entre fatos e rumores? Como confiar em algo ou alguma instituição se não houvesse um certificado de credibilidade conferido por uma cobertura jornalística séria e independente? Quem noticiaria o surgimento de um novo golpe cibernético nos quais pessoas perdem suas economias? Quem investigaria corrupção e outros delitos quando os órgãos governamentais se mostram lentos ou negligentes? Quem trataria das mazelas das big techs e dos riscos que as redes sociais impõem para a estabilidade emocional, política e econômica? Finalmente, quem exporia o poder de corruptos e autocratas e as ameaças às democracias?

Como usar adequadamente o seu tempo ao se informar deveria ser uma pergunta a nos fazermos constantemente, seja para não cairmos nas armadilhas do engajamento de plataformas tecnológicas, seja para não desperdiçarmos nossa curiosidade com montanhas de inutilidades e futilidades.

Os produtores de jornalismo independente não são imunes a problemas, a começar pela sustentabilidade da atividade. Com algumas poucas exceções, a imensa maioria dos veículos sobrevive com um modelo de negócios que sofre com a assimetria regulatória das plataformas de tecnologia. Por estarem baseados na confiança, nenhum veículo também sobrevive abrindo mão da ética ou tornando elásticos seus conceitos de veracidade e responsabilidade na divulgação de conteúdos, como fazem as big techs..

De uma forma sintética, pode-se fazer uma analogia do fenômeno das big techs com o aquecimento global. Em seus modelos de negócios, as grandes plataformas produzem como efeito colateral uma poluição social que ameaça a sanidade mental e a estabilidade do planeta. Nada mais justo,

portanto, que essas plataformas paguem uma taxa de sustentação do jornalismo profissional, que faz a limpeza de grande parte desta poluição social. A lógica é simples: quem suja o ecossistema deve pagar pelo menos uma parte a quem limpa.

Essa pode ser a maior contribuição das big techs para o futuro do planeta: impedir, por meio do financiamento de um jornalismo diversificado, robusto e independente, que a humanidade siga marchando para o abismo, e nos levando juntos na esteira de credices, charlatães e vigaristas variados que souberam tirar proveito das brechas abertas pelo universo dos algoritmos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/09/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

EXPORT 2024 TRAZ DEBATE SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS PARA O AGRONEGÓCIO

Por João Paulo - 24/09/2024 10:48



O 1º Fórum Estadual de Logística, Infraestrutura e Transportes – Bahia Export 2024 vai reunir, durante dois dias, na sede da Fieb, em Salvador, executivos e autoridades dos mais variados setores produtivos. O agronegócio terá espaço com o painel “Regularização Fundiária e Licenciamentos Ambientais”, que reúne grandes nomes, como o jurista Washington Pimentel; a Procuradora-Geral do Estado da Bahia, Bárbara Camardelli; o Procurador-Geral de Justiça do MP na Bahia, Pedro Maia; o Secretário estadual de Desenvolvimento Rural, Osni Cardoso; e a diretora do Inema, Maria Amélia Mattos, sob mediação do Deputado Estadual Eduardo Salles, que preside a Comissão Parlamentar de Infraestrutura na Assembleia Legislativa.

O painel, um dos mais aguardados, acontece no primeiro dia do evento, 26 de setembro, e será transmitido ao vivo pela Tv BE News para aqueles que não puderem acompanhar presencialmente.

O objetivo da Export é aproximar a iniciativa privada e o Poder Público de potenciais investidores, a fim de dinamizar o ambiente de negócios e solucionar gargalos nos setores de infraestrutura e logística, tão fundamentais para desenvolvimento econômico e para a competitividade do setor produtivo e das operações em todo território baiano, atendendo às diretrizes de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social.

O objetivo da Export é aproximar a iniciativa privada e o Poder Público de potenciais investidores, a fim de dinamizar o ambiente de negócios e solucionar gargalos nos setores de infraestrutura e logística, tão fundamentais para desenvolvimento econômico e para a competitividade do setor produtivo e das operações em todo território baiano, atendendo às diretrizes de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social.

A programação inclui, ainda, palestras e debates sobre indústria e transição energética, infraestrutura e portos. Já está confirmada a presença dos ministros Jorge Messias, da Advocacia Geral da União (AGU), e de Silvio Costa Filho dos Portos e Aeroportos, além de Paulo Câmara, presidente do BNB, Wagner Rocha, diretor financeiro e de crédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

SERVIÇO

1º Fórum Estadual de Logística, Infraestrutura e Transportes – Bahia Export 2024

DATA: 26 e 27 de setembro de 2024

LOCAL: FIEB, na Rua Edístio Pondé, 342 – Stiep, Salvador-Bahia

Fonte: **Bahia Econômica**

Data: 24/09/2024

VIABAHIA ANUNCIA QUE VAI ENTREGAR CONCESSÃO DAS BR-324 E DA BR-116 NA BAHIA

Por João Paulo - 24/09/2024 09:00 - Atualizado 24/09/2024



A ViaBahia informou, em nota publicada nesta segunda-feira (23), que “alcançou uma solução consensual” com o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Tribunal de Contas da União (TCU) referente a concessão da BR-324 e da BR-116. Ainda não há detalhes sobre o que seria a solução consensual.

Na nota, a concessionária informou que o processo ainda está em processo final de redação e deverá passar por etapas de deliberação junto às entidades envolvidas para ser submetida à homologação final pelo Plenário do TCU.

“A Companhia aproveita a oportunidade para reiterar que todas as suas ações sempre foram conduzidas com respeito e defesa dos seus direitos e deveres contratuais, buscando garantir as condições necessárias para os investimentos nas Concessões”, declarou a ViaBahia na nota.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 24/09/2024

EM NOVA YORK, HADDAD DIZ QUE DESPESAS ESTÃO DENTRO DO ARCABOUÇO

Por João Paulo - 24/09/2024 06:59



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que os gastos com a Previdência Social e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) acomodaram-se em agosto e setembro, melhorando as expectativas de o governo cumprir a meta de déficit fiscal zero em 2024. Acompanhado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Haddad reuniu-se com representantes de agências de classificação de risco em Nova York.

“Em maio deste ano, estávamos muito preocupados com a evolução [dos gastos] de Previdência e BPC, e essas despesas ficaram mais acomodadas nesse quarto Relatório [Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas]. Então a equipe está mais tranquila em relação a isso. E do ponto de vista da receita, as medidas tomadas pelo Senado compensam em parte, pelo menos, a questão da prorrogação da reoneração da folha”, declarou Haddad após o encontro.

Divulgado na última sexta-feira (20) e detalhado nesta segunda (23), o relatório, que orienta a execução do Orçamento, descongelou R\$ 1,7 bilhão de verbas. A melhoria vem principalmente de fontes de receitas extraordinárias, mas Haddad disse que o governo está fazendo sua parte ao manter os gastos estáveis em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

“Nós divulgamos os dados do quarto relatório (bimestral de receitas e despesas) deste ano, mostrando que as despesas estão absolutamente dentro da regra do arcabouço, limitadas a 2,5% de crescimento [acima da inflação] em relação ao ano passado. Tivemos boas surpresas nesse quarto relatório”, disse.

São Paulo (SP), 20/09/2024 – Ministro da Fazenda Fernando Haddad em palestra na USP. sobre

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 24/09/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

A SIPAT DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS TERÁ PALESTRAS ONLINE ABERTAS AO PÚBLICO

Informações: Autoridade Portuária de Santos (24 de setembro de 2024)

Apresentações serão feitas pelo Youtube da administradora do Porto de Santos

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho e de Assédio (Cipa) da Autoridade Portuária de Santos (APS) terá palestras abertas ao público, entre os dias 24 e 27 de setembro (terça a sexta-feira). As apresentações serão transmitidas pelo Youtube da APS, que é a empresa responsável pela infraestrutura pública do Porto de Santos.

Na terça-feira, dia 24, às 14h30, o tema é a prevenção ao suicídio, dentro da campanha Setembro Amarelo. A palestra é “A atenção aproxima as pessoas”, com a participação de voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV) de Santos. Para assistir, clique em <https://www.youtube.com/watch?v=r5WZvJgWkIY>

Na quarta-feira, dia 25, a palestra é pela manhã, às 10h. O tema é “Atividade física – O maior investimento para o seu futuro”, com: Thiago Mecabo (treinador de corrida, atleta, ex-membro da seleção brasileira de pedestre, campeão brasileiro e sul-americano). Assista no link https://www.youtube.com/watch?v=806Wr_xp7cU.

Quinta, dia 26, também pela manhã (às 9h), a Guarda Portuária apresenta “Legislação de trânsito, manutenção veicular e prevenção de acidentes”. O link é <https://www.youtube.com/watch?v=Y6kkeqO0MSA>

Para sexta-feira, dia 27, a convidada é Marisa Augusta de Oliveira (Coordenadora de Saúde do Trabalhador da Fiocruz, Mestre em Saúde Pública, Doutoranda em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva), que vai falar sobre “Assédio no trabalho: conhecer para transformar”. Também será às 9h e o link para assistir é <https://www.youtube.com/watch?v=knJvdLPRniU>

A Sipat é uma atividade prevista na legislação brasileira, especificamente, na norma regulamentadora NR-5 e na portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978. O objetivo é promover o conhecimento e a reflexão, despertando o olhar crítico sobre a importância da prevenção de acidentes, combate ao adoecimento, segurança e qualidade de vida no local de trabalho e fora dele.

Além das atividades transmitidas pela internet, a Sipat 2024 da APS contou ainda a palestra “Planos de Emergências do Porto de Santos”, nesta segunda-feira (23), apenas para os colaboradores da Companhia.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/09/2024*

EXPORTAÇÕES ALCANÇAM US\$ 247 BI ATÉ A 3ª SEMANA DE SETEMBRO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (24 de setembro de 2024)

As importações totalizaram US\$ 189,9 bi, com saldo positivo de US\$ 57,6 bi e corrente de comércio de US\$ 437,3 bi

A Balança Comercial registrou na 3ª semana de setembro de 2024 superávit de US\$ 271 milhões e corrente de comércio de US\$ 12,5 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 6,4 bi e importações de US\$ 6,1 bi. Esses foram alguns dos resultados apresentados nesta segunda-feira



(13/9) pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex-MDIC).

No mês de setembro, até a 3ª semana, as exportações somam US\$ 20,4 bi e as importações US\$ 16,9 bi, com saldo positivo de US\$ 3,5 bilhões e corrente de comércio de US\$ 37,4 bilhões.

Já de janeiro até a terceira semana de setembro, as exportações totalizam US\$ 247,5 bilhões e as importações US\$ 189,9 bilhões. O superávit é de US\$ 57,6 bilhões e a corrente de comércio de US\$ 437,3 bilhões.

Balança Comercial Preliminar Parcial – 3ª semana de setembro/2024

https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html

Comparativo Mensal

Nas exportações, comparadas as médias até a 3ª semana de setembro/2024 (US\$ 1,366 bi) com a de setembro/2023 (US\$ 1,436 bi), houve queda de 4,9%. Em relação às importações, houve crescimento de 15,7%: US\$ 976,6 milhões em 2023 contra US\$ 1,130 bi em 2024.

Assim, até a 3ª semana de setembro/2024, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2,496 bi. O saldo, também por média diária, foi de US\$ 235,69 milhões. Comparando-se este período com a média de setembro/2023, houve crescimento de 3,5% na corrente de comércio.

Setores

No acumulado até a 3ª semana do mês de setembro/2024, o desempenho das exportações dos setores, pela média diária, apresentou queda de US\$ 55,4 milhões (16,9%) em Agropecuária e de US\$ 110,79 milhões (28,6%) em Indústria Extrativa, mas crescimento de US\$ 95,64 milhões (13,5%) em produtos da Indústria de Transformação.

Nas importações, o desempenho pela média diária mostrou crescimento de US\$ 2,87 milhões (14,8%) em Agropecuária; de US\$ 29,76 milhões (56,1%) em Indústria Extrativa e de US\$ 120,42 milhões (13,4%) em produtos da Indústria de Transformação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/09/2024

GOVERNO SANCIONA LEI APROVADA NA ALESP QUE REFORMULA AS AGÊNCIAS REGULADORAS DO ESTADO DE SP

Informações: ALESP (24 de setembro de 2024)

Tarcísio de Freitas assina sanção do PLC que cria a SP-Águas e reestrutura a Artesp e a Arsesp, garantindo maior autonomia financeira, orçamentária e de planejamento às agências

O governador Tarcísio de Freitas assinou, nesta segunda-feira (23), a sanção do Projeto de Lei Complementar 35/2024, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que reformula a estrutura e as atribuições das agências reguladoras estaduais, responsáveis pela fiscalização dos serviços públicos transferidos para o setor privado. A medida será publicada no Diário Oficial do Estado.

Em evento promovido no Palácio dos Bandeirantes, Tarcísio afirmou que São Paulo passa a ter, agora, as melhores agências reguladoras do País. “São os melhores porque terão critérios rígidos para a escolha dos diretores e autonomia orçamentária e financeira. Com essa legislação, a regulação no nosso estado está sendo fortalecida”, pontuável.

Parlamento em destaque

Para o presidente da Alesp, André do Prado, a Assembleia foi privilegiada para ter a chance de aprovar a medida, deixando um legado para a população paulista. “Abrimos o espaço para o diálogo e promovemos uma audiência pública de mais de quatro horas. Também acatamos mais de 30



emendas, o que fez com que fosse valorizado ainda mais o nosso Parlamento. Parabéns a todos os envolvidos”, destacou.

O deputado Barros Munhoz (PSDB), relator do PLC na Alesp, comentou que o Parlamento teve a “coragem” de aprovar medida tão importante. “Todas as questões foram superadas e essa é a essência da democracia”, salientou.

Mais autonomia

O Projeto de Lei Complementar cria a SP-Águas, que nasce da transformação do atual DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), e também amplia o papel de atuação de outras duas agências: da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) e da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos no Estado de São Paulo).

As alterações na legislação, de acordo com o Executivo, darão mais autonomia administrativa, orçamentária e de planejamento às três agências. Também garantirão maior independência na gestão dos quadros de funcionários, incluindo a possibilidade de realização de concursos públicos sem necessidade de autorização governamental.

O Governo aponta ainda que a proposta foi pensada para garantir a obediência às regras de compliance e de governança no processo de indicação de membros da diretoria e do cargo de diretor-presidente das agências.

De acordo com a secretária do Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, a nova legislação vai institucionalizar a regulação enquanto uma agenda permanente de estado. “Vai melhorar nossa fiscalização e valorizar nosso corpo técnico. Esse PLC é histórico”, afirmou.

O papel das novas agências

Em linhas gerais, a SP-Águas nasce para ser responsável pela fiscalização, controle e regulação de todas as formas de uso da água no estado, como abastecimento público, indústria, agricultura, comércio, geração de energia, entre outros. Dessa forma, dentre as atribuições, a nova agência vai regular a coleta de água tanto superficial (nascentes e mananciais) quanto subterrânea (poços artesianos), bem como a operação dos reservatórios de água.

A Artesp, por sua vez, terá seu papel de atuação ampliado, passando a ser responsável pela fiscalização dos transportes rodoviário, aeroportuário, hidroviário e metroviário estadual, além do transporte coletivo intermunicipal, inclusive o metropolitano. Assim, a Agência de Transportes passa a incorporar as linhas de Metrô e trens metropolitanos que operam por meio de concessão à iniciativa privada – hoje responsabilidade da Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões (CMCP) – e também o transporte metropolitano sobre pneus. A nova legislação também define a Artesp como a agência reguladora para novos projetos de mobilidade, como o do Trem Intercidades que ligará a Capital a Campinas.

Por fim, a Arsesp será responsável pela regulação de uma grande gama de serviços, como gás canalizado, saneamento básico, transmissão e distribuição de energia elétrica, além das parcerias público-privadas futuras e em operação. Também será função da Arsesp a regulação das atividades da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), recentemente desestatizada.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/09/2024



HUB DE HIDROGÊNIO - PERNAMBUCO FIRMA ACORDO COM EUROPEAN ENERGY PARA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA DE E-METANOL EM SUAPE

Com estimativa de R\$ 2 bilhões em investimentos, planta de e-metanol deve começar a operar em 2028

Por *Nayara Machado*



Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, assina acordo com European Energy para instalação de indústria de e-metanol em Suape (Fotos: Miva Filho/Secom)

BRASÍLIA — O Governo do Estado de Pernambuco assinou, na segunda (23/9), um acordo com a European Energy para instalação de uma indústria de produção de e-metanol no Complexo Industrial Portuário de Suape.

O empreendimento deve ocupar uma área de 10 hectares, com estimativa de R\$ 2 bilhões em investimentos e geração de 250 empregos diretos e mais 15 mil indiretos.

“A atração de um investimento deste volume representa um grande diferencial competitivo para Pernambuco. Iremos sediar a indústria da European Energy em razão da nossa posição geográfica, da oportunidade que existe no Porto de Suape, da geração de biocombustível e do potencial de produção de energia eólica e solar”, comentou a governadora Raquel Lyra (PSDB) durante a cerimônia de assinatura.

De acordo com o cronograma da European Energy, o projeto básico será apresentado até 30 de abril de 2025, e as obras terão início em outubro, com a concessão das licenças ambientais.

A previsão é que a unidade comece a funcionar em julho de 2028 no terreno localizado nas proximidades do Estaleiro Atlântico Sul.

O CEO da companhia explica que a instalação no Brasil planta faz parte da estratégia de internacionalização do grupo dinamarquês.

“Este projeto faz parte de nossa estratégia de internacionalização. Trazemos a expertise dinamarquesa no desenvolvimento, construção e operação de projetos de descarbonização. Acreditamos que o país reúne todas as condições para consolidar-se como protagonista na transição energética mundial”, disse o Deputy CEO da European Energy, Jens-Peter Zink.

Descarbonização marítima com derivado de H2

Também conhecido como metanol verde, o e-metanol é um combustível marítimo derivado do hidrogênio renovável. Suape é um dos portos brasileiros na rota de investimentos internacionais para produção de hidrogênio a partir da eletrólise com energias renováveis.

O projeto idealizado pela European Energy para Suape seguirá o modelo de uma planta que está sendo comissionada na Dinamarca para abastecer os navios da Maersk. Parceria que deve se estender ao combustível produzido no Brasil.

A estimativa é de que 100 mil toneladas de e-metanol sejam movimentadas por ano no atracadouro pernambucano, o sexto porto público mais movimentado do Brasil.

Ao mesmo tempo, a Maersk, uma das maiores companhias de transporte marítimo do mundo, está construindo um novo terminal de contêineres em Suape, por meio de sua subsidiária APM Terminals.

Em obras desde fevereiro de 2024, a nova planta deverá começar a operar no segundo semestre de 2026, prevendo investimentos de R\$ 1,6 bilhão e será o primeiro 100% eletrificado da América Latina.

“[A indústria de e-metano!] É um investimento de porte que consolida a política de descarbonização do território, para ofertar ao mercado marítimo combustível de fontes limpas, com impacto bastante positivo no transporte de carga por navios. É um grande passo para a consolidação do nosso porto no país e no mundo”, comemorou o diretor-presidente do Complexo de Suape, Marcio Guiot.

A European Energy tem operações de geração renovável, solar e eólica, consolidadas em Pernambuco e na Paraíba, além de um portfólio de ativos em desenvolvimento.

Em operação estão os complexos eólicos Ouro Branco e Quatro Ventos, nos municípios pernambucanos de Macaparana e Poção, com capacidade de produzir 94 MW; além de uma planta solar em Coremas, na Paraíba, de 93 MW.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 24/09/2024

PETROBRAS AVANÇA COM ESTUDOS PARA FERTILIZANTES

Conselho de administração deve analisar até março a retomada das obras da UFN 3

Por Gabriela Ruddy



O estúdio eixos recebe o diretor executivo de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França, na Rio Oil & Gas & Energy (ROG.e) 2024 | Foto Vitor Curi/eixos

NESTA EDIÇÃO. O resumo do primeiro dia da ROG.e: Petrobras avança no retorno aos fertilizantes. Ministro assina portarias do Potencializa E&P e Comitê do Gás. Os desafios no afretamento de plataformas.

O futuro do mercado livre de gás. A presidente da Abiogás comenta o mandato do biometano no Combustível do Futuro.

Incentivos para o hidrogênio podem ajudar projetos de eólicas offshore.

Eneva autorizada a importar energia da Venezuela. E a participação da Eletrobras no programa de resposta da demanda.

Petrobras avança no retorno aos fertilizantes

Promessa. A Petrobras está avançando nos movimentos para o retorno às atividades de produção de fertilizantes.

A companhia deve levar até março ao conselho de administração a decisão sobre a retomada das obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN 3), em Três Lagoas (MS). A previsão é que o projeto possa demandar até R\$ 3,5 bilhões em investimentos.

Em paralelo, a estatal também iniciou a licitação para a retomada das operações na Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), no Paraná.

- Há conversas em curso para a entrada de um parceiro na UFN 3.
- Na Ansa, a companhia deve seguir sozinha.

São movimentos para a retomada da atuação da empresa no setor de fertilizantes, uma das promessas do terceiro governo Lula.



- A estatal reduziu a atuação nessas áreas nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), quando passou a focar apenas em ativos de exploração e produção de petróleo em águas profundas.

Em entrevista ao estúdio eixos durante a ROG.e, na segunda-feira (23/9), o diretor executivo de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França, ressaltou que as quatro plantas de fertilizantes da Petrobras, somadas, produzem 3,5 milhões de toneladas por ano de ureia.

O volume equivale a metade do que o país importa hoje desse fertilizante.

Entretanto, segue sem horizonte a retomada das operações das fábricas de fertilizantes da Bahia e Sergipe, arrendadas à Unigel.

- As empresas ainda têm conversas para viabilizar a operação das plantas.
- A primeira tentativa de retomada, por meio de um acordo de tolling (industrialização sob encomenda), travou depois que o TCU apontou irregularidades e as empresas não conseguiram cumprir as condições precedentes do contrato.

Potencializa E&P e Comitê do Gás. Em acenos à indústria de petróleo e gás, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), assinou as portarias executivas que criam o programa Potencializa E&P e o Comitê de Monitoramento do Setor de Gás Natural (CMSGN), durante a abertura da ROG.e.

Medidas para adiar devolução de campos e descomissionamento. Após a assinatura da portaria do Potencializa E&P, o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), Pietro Mendes, afirmou que a política energética brasileira precisa dar estímulos para extrair “até o último barril”, em referência à produção em campos maduros e marginais. Segundo o secretário, serão criados subcomitês dentro do programa para tratar de questões regulatórias, de meio ambiente, fomento e desenvolvimento das atividades.

Desafio no afretamento de plataformas. A busca por investimentos menos emissores de carbono tornou mais difícil para a indústria de petróleo e gás acessar as instituições financeiras. O cenário tem impactado a contratação de plataformas pelo modelo do afretamento, segundo o CEO da Modec no Brasil, Katsuyuki Imaizumi. Em busca de voltar a participar das próximas licitações da Petrobras, a empresa tem travado conversas com a estatal atrás de novas soluções financeiras para futuros projetos.

Petrobras contrata sondas para Roncador. A Petrobras assinou contratos com a Constellation para o afretamento e prestação de serviços de duas sondas que vão conduzir campanhas de perfuração no campo de Roncador, na Bacia de Campos. Os acordos, no valor de R\$ 1 bilhão, entram em vigor em 2025.

Mercado livre de gás vai engrenar. O mercado livre de gás está em um processo “bem franco e claro” para engrenar, na visão do gerente executivo de Gás e Energia da Petrobras, Álvaro Tupiassu. Ele cita movimentos de tomada de preço que os clientes vêm promovendo como forma de diversificar supridores.

Impactos a longo prazo. A consultora independente e ex-presidente da BP Brasil, Ieda Gomes acredita que as medidas previstas no decreto do programa Gás para Empregar terão repercussão a longo prazo. Ela cita, ainda, que as infraestruturas, como transporte, escoamento e tratamento dependerão de um planejamento por parte da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Mandato do biometano. O cumprimento do mandato de biometano previsto no projeto de lei do Combustível do Futuro vai exigir certificados de garantia de origem com rastreabilidade, credibilidade e fungibilidade, segundo a presidente da Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), Renata Isfer.

Ela classifica este desafio como “especialmente importante” para a aceitação de produtos exportados que queiram aproveitar taxas reduzidas para produtos de baixa pegada de carbono.

Taxa sobre petroleiras. Enquanto isso, na Climate Week em Nova York, a ONG ambiental Climate Group propôs uma lista de tarefas para governos e empresas fecharem a lacuna de emissões, entre elas, a taxação de companhias de óleo e gás. A intenção é garantir que os poluidores paguem, a começar pelo G20.

- “O G20 deveria concordar com um novo imposto mínimo de importação de óleo e gás. Alguns dólares por barril levantariam centenas de bilhões de dólares para apoiar a transição. A cada trimestre, as companhias de O&G estão anunciando bilhões em lucros sem investir isso em transição”, diz o comunicado.

Transição vai custar US\$ 1,3 tri. Para se manter em trajetória de emissões líquidas zero até 2050, o Brasil precisará investir cerca de US\$ 0,5 trilhão em energias renováveis, para atender à eletrificação de setores intensivos em energia e carbono, como transporte, construção e indústria. A expansão de redes para escoar toda essa geração renovável demandará mais US\$ 0,5 trilhão, aproximadamente, enquanto o hidrogênio de baixo carbono deve movimentar cerca de US\$ 0,1 trilhão no período, calcula a BloombergNEF.

Sem ESG. Levantamento do TCU para avaliar práticas socioambientais das organizações públicas mostra que a grande maioria (74%) ainda não adota medidas para compensar a emissão de gases de efeito estufa. Entre as 387 organizações da administração federal, 60% ainda estão em estágios iniciais de ações de sustentabilidade ambiental e social e só 43% implementam iniciativas de prevenção e combate ao assédio.

Itália antecipa meta. A Itália apresentará uma proposta oficial esta semana para antecipar para o ano que vem a revisão planejada pela União Europeia da proibição à venda de novos carros com motor de combustão interna a partir de 2035. Segundo o ministro da Indústria, Adolfo Urso, a proposta será discutida na quarta e apresentada oficialmente na quinta, em uma reunião de ministros da indústria da UE. (Reuters)

Incentivos ao hidrogênio ajudam eólicas offshore. Os incentivos do marco legal do hidrogênio, recém aprovado no Brasil, também podem ser importantes para o desenvolvimento das eólicas offshore, avalia Roberta Cox, diretora de políticas do Global Wind Energy Council (GWEC). A executiva destacou a urgência de aprovação de leis de incentivo à transição energética no país.

Energia elétrica da Venezuela. O MME autorizou a Eneva a importar energia da Venezuela. O objetivo é reduzir a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que financia o suprimento em sistemas isolados. A companhia também recebeu autorização para importar energia a partir da Argentina e do Uruguai.

Resposta da demanda. A Eletrobras apresentou uma oferta de 80 megawatts (MW) de redução de consumo no programa de resposta da demanda. A empresa atua como agregadora e representou um cliente que diminuiu voluntariamente a carga nos dias 14, 16 e 17 de setembro. Foi a primeira vez em que um agregador representou um cliente no programa que remunera consumidores pela diminuição do consumo durante os horários de pico.

Mercado livre. Mais de 16 mil consumidores migraram para o mercado livre de energia de janeiro a agosto de 2024, o dobro do que foi registrado em todo o ano de 2023, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Entre as empresas recentemente inseridas no ambiente livre de contratação, 72,6% são pequenos e médios negócios.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política
Data: 24/09/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

EQUIPE ECONÔMICA AVALIA QUE RECADO MAIS DURO DO BC APOIA CONTINUIDADE DA AGENDA DE CORTE DE GASTOS

Haddad e Tebet defendem revisão de despesas, mas enfrentam resistência da ala política
Por Thaís Barcellos — Brasília



Os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet — Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo

O recado mais duro do Banco Central sobre a política fiscal, na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), foi recebido pela equipe econômica como um endosso aos planos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. As equipes dos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet têm defendido uma agenda de revisão e contenção estrutural dos gastos públicos, mas enfrentam ventos contrários da ala política do governo.

No documento divulgado nesta terça-feira em que explica a decisão de subir os juros para 10,75% ao ano, o BC avançou no alerta à política fiscal em relação a comunicações anteriores. O Copom classificou a política fiscal como expansionista e frisou que é importante para a condução dos juros uma política fiscal crível, previsível e transparente.

Apesar do tom mais pesado, o BC deixou claro que atualmente considera em seus cenários para a inflação uma desaceleração no ritmo de crescimento dos gastos públicos ao longo do tempo, em linha com a trajetória traçada pela equipe econômica.

“Uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados, em conjunto com a persecução de estratégias fiscais que sinalizem e reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal nos próximos anos são importantes elementos para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária.”

Dentro do próprio BC, há sinais de que a intenção pode ter sido de “fazer coro” à agenda da equipe econômica sobre a necessidade de medidas que reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal, e não uma cobrança.

Em evento na manhã desta terça, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, avaliou que o mercado se mostra mais apreensivo sobre a trajetória da dívida e, mais recentemente, sobre a transparência dos números de contas públicas. Mas considerou que o movimento de reação na curva de juros futuros pareceu “exagerado”, ainda mais considerando a dificuldade que outros países estão enfrentando na contenção fiscal.

— A nossa percepção é que parece exagerado dado o que aconteceu. Não é nossa função julgar os preços de mercado e sim entender o que os preços de mercado têm de informações no que a gente pode usar na nossa função-reação.

A manifestação do BC ocorre em um momento de crescimento do mau humor do mercado financeiro com a condução das contas públicas. A avaliação é de baixa disposição do governo em cortar gastos, o que põe em risco a sustentabilidade do arcabouço fiscal e da dívida pública. Além disso, recentemente, algumas medidas adotadas acenderam um alerta para brechas nas regras fiscais.

Houve críticas do mercado, por exemplo, à liberação de R\$ 1,7 bilhão do Orçamento, mesmo em um contexto de crescimento das despesas. Com o aumento na previsão de receitas, o governo descontingenciou R\$ 3,8 bilhões, embora tenha elevado o bloqueio, pelo crescimento de despesas obrigatórias, em R\$ 2,1 bilhões. No total, o congelamento do orçamento caiu de R\$ 15 bilhões para R\$ 13,3 bilhões.

Considerando os R\$ 40,5 bilhões em créditos extraordinários que estão fora da contabilidade para a meta, a projeção para o resultado primário é de R\$ 68,8 bilhões. Descontando esses gastos, relacionados principalmente ao combate aos efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul, a projeção é de R\$ 28,3 bilhões, ainda assim muito próxima ao limite inferior da meta, de R\$ 28,8 bilhões.

Integrantes da equipe econômica argumentam, porém, que não têm poder para manter o contingenciamento se as previsões indicarem um resultado primário dentro da meta, devido à impositividade do orçamento.

Em relação aos créditos extraordinários, afirmam que só podem ser cancelados no fim do ano, o que deve acontecer, por exemplo, com o montante de R\$ 7,5 bilhões destinados à compra de arroz, cujo leilão foi anulado.

Outro fator que causa incômodo no mercado é a proposta de reformulação do auxílio-gás, que permite o financiamento do programa por fora do Orçamento. A isso se somam as preocupações em relação à velocidade de crescimento das despesas obrigatórias.

Entre auxiliares de Haddad, há um reconhecimento da necessidade de se fazer cortes estruturais de despesas para manter o arcabouço fiscal de pé, especialmente a partir de 2027. Naquele ano, a previsão é de redução das despesas com investimentos e de manutenção da máquina pública a níveis insustentáveis, por conta do crescimento dos gastos obrigatórios.

Por isso, a Fazenda e o Planejamento tentam montar um discurso em defesa do corte de despesas consideradas ineficientes para que elas deem lugar a outros gastos. É uma forma de manter o arcabouço de pé e afastar o risco fiscal do horizonte. Como mostrou O GLOBO, o governo estuda implementar políticas mais eficientes para o BPC, o seguro-desemprego e o abono salarial.

Na avaliação de assessores, é preciso convencer a ala política do governo e o Congresso da necessidade de avançar nessa agenda. E que o custo do adiamento de medidas ou mudanças é maior.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/09/2024

DERRUBADA DE TRECHOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, EM DISCUSSÃO NO STF, AFETARIA 20 ESTADOS E CENTENAS DE MUNICÍPIOS

Estimativa consta em nota técnica da AGU, que tenta usar dado para sensibilizar ministros. Impacto das mais de 15 ações na Corte seria de mais de R\$ 200 bilhões

Por Geralda Doca — Brasília



O plenário do STF — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A revisão de vários trechos da Reforma da Previdência, em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), pode prejudicar 740 municípios e 20 estados, segundo nota técnica da Advocacia-Geral da União (AGU) a que O GLOBO teve acesso. Esses entes aprovaram reformas nos regimes próprios de previdência dos servidores com base nas mudanças nas novas regras da aposentadoria, em vigor desde novembro de 2019.



É a partir dessa argumentação que a AGU pretende convencer os ministros a manterem a constitucionalidade dos trechos contestados. A reforma foi específica para os servidores federais, mas deu prazo para que os demais entes aprovassem mudanças nos regimes próprios de previdência para ajudar a solucionar os déficits — em isso não ocorrendo, as regras serão as mesmas do governo federal. Os julgamentos foram suspensos por pedidos de vista e não há data para a sua retomada.

Quer saber quando vai se aposentar? Faça suas contas na ferramenta abaixo e leia, em seguida, como funciona cada regra. Se não estiver visualizando, clique aqui.

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/13/idade-e-tempo-de-contribuicao-para-se-aposentar-no-inss-sobem-em-2024-simule.ghtml>

Dependendo da decisão do Supremo no julgamento de duas das várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), em tramitação na Corte, estados e municípios passarão a ter perda da arrecadação com as contribuições previdenciárias imediatamente.

Uma das ações busca trazer de volta a contribuição linear de 11% para todos os servidores, independentemente da remuneração. O placar está empatado.

A reforma introduziu no regime dos servidores públicos (Regime Próprio de Previdência Social-RPPS) a progressividade das alíquotas de contribuição, entre 7,5% e 22%, a depender do salário. O objetivo foi buscar uma conversão com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores do setor privado, que variava entre 8% e 11% e passou para 7,5% a 14%.

Entre os estados que adotaram a alíquota progressiva estão São Paulo e Rio Grande do Sul.

Contribuição extra

Outra ação busca derrubar a possibilidade de cobrar uma contribuição extraordinária para solucionar o déficit atuarial do regime previdenciário dos servidores, quando os compromissos com aposentadoria no futuro são trazidos a valor presente. Esse percentual extra pode ser cobrado de ativos e inativos, com remuneração acima de um salário mínimo.

Antes da reforma, a contribuição só poderia ser cobrada dos funcionários com rendimento acima do teto do INSS (hoje em R\$ 7.786). Já há maioria no Supremo para derrubar esse ponto da reforma.

Embora prevista, essa contribuição extra ainda não foi adotada pelos entes, considerando a União, apesar do déficit previdenciário.

A calculadora da pensão do GLOBO, abaixo, faz a simulação para todos os perfis de família. Se não estiver visualizando, clique aqui.

<https://infograficos-estaticos.s3.us-east-1.amazonaws.com/calculadora-pensao-2019/index.html>

Ampliação da base de cálculo

A ampliação da base de cálculo de contribuição de aposentados e pensionista no regime público também está sendo contestada no STF. A reforma permite que a contribuição possa incidir sobre todos os proventos acima de um salário mínimo, em caso de déficit. Neste caso, também já há maioria de votos para derrubada desse trecho.

Segundo a AGU, no conjunto de 16 estados que ampliaram a base da contribuição, houve um ganho extra de arrecadação de R\$ 9 bilhões. A cifra representa em média 163% de aumento.

Uma outra ação busca aumentar o valor do benefício para todas as servidoras que perderam integralidade (última remuneração do cargo) e paridade (reajuste salarial igual para ativos e inativos). Também há maioria do Supremo a favor da mudança no cálculo da aposentadoria.

Com a reforma, com 20 anos de contribuição, o cálculo do benefício passou ser de 60% sobre a média das contribuições, mais 2% a cada ano a mais. No regime geral, o tempo mínimo é de 15

anos, mas as mulheres costumam enfrentar mais dificuldades para contar tempo porque não há estabilidade no emprego.

A mudança no cálculo do benefício teria forte impacto para os estados e municípios, onde servidores, principalmente professoras, são maioria.

Impacto de mais de R\$ 200 bi

Além dos estados e municípios, a revisão da Reforma traz enorme riscos para União, com impactos que superam R\$ 200 bilhões. O ganho com as mudanças foi estimado em R\$ 800 bilhões em dez anos.

A AGU vai intensificar o diálogo com os ministros para tentar manter a constitucionalidade dos pontos contestados. No caso da progressividade da contribuição, por exemplo, o argumento é que se prevalecer a alíquota única de 11% quem ganha menos será prejudicado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/09/2024

MERCADO LIVRE VAI DOBRAR CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO NO BRASIL ATÉ 2025, COM FOCO EM ENTREGAS RÁPIDAS

Operação irá fortalecer presença no Nordeste e Sul. Projeção é aumentar em 40% número de cidades com que recebem produtos em até um dia

Por Juliana Causin — São Paulo



Galpão de distribuição do Mercado Livre — Foto: Jonne Roriz / Bloomberg

O Mercado Livre pretende dobrar o número de centros de distribuição no país até 2025, em meio ao plano de ampliar a categoria de entregas em um dia. A expansão inclui 11 novas unidades logísticas no Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Paraná e São Paulo, previstos para o próximo ano.

Com a ampliação, a gigante de comércio eletrônico terá 21 centros de distribuição no Brasil. O anúncio foi feito nesta terça-feira, em São Paulo, durante evento da companhia para vendedores e parceiros comerciais, o Mercado Livre Experience.

Os centros irão operar no modelo fulfillment, onde as mercadorias ficam estocadas até que o consumidor realize a compra. A companhia de e-commerce projeta que a expansão irá aumentar em 40% o número atual de cidades brasileiras com o serviço de entrega no mesmo dia, que é de 232.

Com o Brasil como principal mercado, seguido de México e Argentina, o Mercado Livre conta atualmente com 10 centros de distribuição no país, sendo metade deles em São Paulo. O restante está no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina.

Investimento maior em 2025

Até o fim deste ano, serão inaugurados mais três centros em São Paulo, além de unidades em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Em 2025, haverá a ampliação da operação no Rio, Bahia e São Paulo, e a abertura das primeiras unidades no Paraná e no Ceará.

O plano é parte do pacote de investimentos de R\$ 23 bilhões no Brasil, anunciado no início deste ano. Além desse valor, também entrarão na conta para o avanço logístico novos investimentos no país, que serão feitos no próximo ano. O volume total ainda será definido, mas empresa diz que será maior que o de 2024.



— A gente ainda leva mais dois meses para fechar o plano (de investimento) e só no início de 2025 que o plano vai para o conselho da empresa para ser aprovado. Então eu ainda não sei o valor exato, mas sei que será maior que o de 2023 (de R\$ 23 bilhões) — projeta Fernando Yunes, vice-presidente sênior de e-commerce e líder do Mercado Livre no Brasil.

Região Norte fica de fora de expansão

Nas regiões que estão abarcadas no plano de expansão, a empresa projeta redução do frete para o consumidor que poderá chegar a 50%, a depender da região. ^[L]_[SEP]

Nunes avalia que o custo adicional dessa expansão será compensado pela ampliação na rentabilidade da empresa, com ganho de participação no mercado em mais regiões do país. Ele cita o exemplo do resultado da unidade logística inaugurada na Bahia, em 2022, que ampliou em 15 pontos a penetração da companhia no estado, de acordo com ele.

— A expansão faz parte do nosso plano de negócio. [...] O custo dessa rede logística faz parte da nossa visão de seguir aumentando rentabilidade. A gente não espera ver um impacto na rentabilidade porque causa do aumento da rede logística porque junto com esse aumento vem um aumento vendas, vem o aumento do crescimento da empresa — afirma o executivo.

A partir da ampliação, a região Norte do país será a única sem um centro de distribuição. O diretor de logística do Mercado Livre, Luiz Vergueiro, diz que a empresa está seguindo o plano de ampliação logística desenhado para o Brasil, mas que tem mais estados no radar:

^[L]_[SEP] — Hoje a gente chega em Manaus em dois dias a partir de São Paulo e de fato a gente tem um desejo futuro de chegar em uma ampliação de operação lá.

Aviões e campanha para supermercado online

Além dos novos centros de distribuição, o Mercado Livre anunciou que terá dois novas aeronaves na operação em parceria com a Gol, por meio da Gollog, unidade logística da companhia aérea. Com isso, chegará a nove a frota que opera exclusivamente com o Mercado Livre.

A empresa também apresentou planos para reforçar as verticais de moda e supermercado. Em moda, o plano passa pela ampliação das chamadas regiões estratégicas, onde a empresa trabalha ativamente para atrair lojistas, com projeto que envolve desconto em frete e consultoria. Polos desse segmento, as cidades de Franca (SP), Nova Friburgo (RJ), Vale do Itajaí (SC) e Goiânia (GO) vão entrar como áreas prioritárias.

Com uma nova campanha publicitária, a empresa também irá reforçar para os consumidores o segmento de supermercado online. O anúncio vai sugerir o Mercado Livre como uma alternativa ao mercado físico.

Entre o início de 2023 e 2024, a companhia ampliou em 15% a opções de produtos na categoria. Hoje, segundo a empresa, os principais produtos buscados nesse segmento, dentro da plataforma, são azeite (um dos “violões” recentes da inflação), cerveja, papel higiênico e fralda.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/09/2024

CAMPOS NETO DIZ QUE PIX PARA 'BETS' SUBIU 200% E QUE APOSTAS CRESCEM ATÉ ENTRE QUEM RECEBE BOLSA FAMÍLIA

Segundo presidente do BC, há preocupação com comprometimento de renda e risco de inadimplência

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que as plataformas de apostas e jogos on-line estão começando a levantar suspeitas de uma possível piora na qualidade do crédito, com

grande comprometimento da renda. Ele mencionou também que houve aumento superior a 200% desde janeiro no valor que os jogadores transferem para essas empresas via Pix.

Haveria, ainda, número considerável de pessoas de baixa renda, que inclusive são beneficiárias do programa Bolsa Família, apostando.



Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central: preocupação com bets — Foto: Agência Brasil

— Tá gerando uma percepção de que a gente possa ter uma piora na qualidade do crédito com comprometimento grande [...] Temos tentado ajudar o governo e o Congresso com os dados que a gente tem e o crescimento é muito grande. A correlação entre pessoas que recebem Bolsa Família, pessoas de baixa renda, e o aumento das apostas tem sido bastante grande. A gente consegue mapear o que teve de Pix para essas plataformas e o crescimento de janeiro pra cá foi bastante grande. A gente pega o ticket médio e subiu mais de 200%. É uma coisa que chama atenção e a gente começa a ter a percepção de que vai ter um efeito na inadimplência na ponta — comentou, ao dizer que os dados de crédito vieram mais fortes que as expectativas da autoridade monetária.

Em conferência organizada pelo Banco Safra em São Paulo nesta manhã, Campos Neto também mencionou que a inflação continua preocupante no país, especialmente com o crescimento econômico acima do esperado e mercado de trabalho aquecido. O Banco ainda está estudando qual o impacto do desemprego historicamente baixo sobre a inflação, mas há sinais de que esse fator começa a pesar.

— O Banco Central tem um desconforto grande com o que acontece com as expectativas de inflação. As longas ainda bem acima da nossa meta.

Prêmio de risco maior devido a preocupações com transparência

Ele comentou que os dados do mercado de trabalho têm alimentado debates sobre a taxa de desemprego de equilíbrio, índice que o mercado errou em mensurar algumas vezes. Além disso, segundo Campos Neto, o crescimento do Brasil está vindo pouco acima do potencial, na margem.

O presidente disse que é esperado um movimento de desaceleração dos gastos, em certa medida por influência do arcabouço fiscal.

Houve, recentemente, um aumento nos prêmios de risco, sobretudo nas taxas longas, mas Campos Neto argumenta que isso estaria relacionado a preocupações quanto a transparência nos dados, e não ao crescimento nas despesas.

— A gente precisa usar como input, como dados dos nossos modelos, para entender esse processo de convergência de inflação. O próprio arcabouço força uma diminuição, o quanto a gente não se arrisca a colocar, mas a gente entende que vai haver sim uma desaceleração de gastos. Mais recentemente surgiu esse prêmio de risco, mas não advindo da trajetória e número de gastos, mas de transparência em relação aos números (fiscais).

Campos Neto concluiu que “parece ter havido um exagero do mercado” em relação à agenda fiscal. Recentemente, o governo divulgou seu relatório bimestral, que ajusta as estimativas de receitas e despesas no orçamento.

Foram liberados R\$ 1,2 bilhão em gastos, parte dos R\$ 15 bilhões congelados em julho, o que repercutiu negativamente no mercado financeiro. Essa mudança no orçamento federal acontece após dados indicarem maior arrecadação, mesmo em um momento de aumento de gastos.

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

'SEM CORTAR GASTO, GOVERNO NÃO VAI CUMPRIR META FISCAL EM 2025', DIZ EX-SECRETÁRIO DA FAZENDA DO CE

Para Mauro Benevides Filho, hoje deputado federal, o superávit primário é importante, mas é preciso estabelecer também uma meta para o gasto com juros, que é o que turbinou a dívida pública

Por José Fucs



Entrevista com

Mauro Benevides Filho - Economista, deputado federal (PDT-CE) e ex-secretário da Fazenda do Ceará

O deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT-CE), ex-conselheiro econômico de Ciro Gomes na campanha eleitoral de 2022, é um dos poucos economistas de esquerda no País que é a favor do controle de gastos do governo e do equilíbrio fiscal. Como secretário da Fazenda do Ceará, cargo que ocupou por 12 anos, inclusive na gestão do ex-governador Camilo

Santana, do PT, hoje ministro da Educação, ele ganhou os holofotes por conseguir manter as contas do Estado em ordem e alavancar o investimento público ao mesmo tempo.

Nesta entrevista ao Estadão, Benevides Filho fala sobre a necessidade de o governo Lula manter o rigor fiscal e afirma que, se não houver corte de gastos, não vai dar para cumprir a meta de déficit zero em 2025. Ele diz, porém, que, diante do elevado gasto do governo com o pagamento de juros, calculado em quase R\$ 900 bilhões neste ano, não há como estabilizar o crescimento da dívida pública, mesmo com superávit primário. Por isso, defende que haja "maior transparência" em relação à despesa financeira e uma discussão técnica, "sem bravata política", sobre o estabelecimento de um limite para os gastos com juros.

Benevides Filho fala também a respeito de seu encontro com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para debater o assunto, analisa a "contabilidade criativa" que está sendo ressuscitada pela atual gestão, segundo alguns de seus pares, e diz que a propalada ganância que estaria sendo promovida pelo governo Lula não é confirmada pelos números e que a meta fiscal deste ano será respeitada. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

Como secretário da Fazenda do Ceará, o sr. sempre teve uma preocupação em manter o equilíbrio nas contas públicas. Como o sr. está vendo a política fiscal do governo Lula?

Realmente, eu sempre fui muito rigoroso, sou muito rigoroso em relação ao equilíbrio fiscal. Acredito que nós precisamos ter resultado primário positivo. Eu sou da corrente fiscalista, sou ativista no Congresso Nacional, como deputado da bancada fiscal. No Brasil, sempre houve "n" regras para controlar a despesa primária (que exclui o pagamento de juros da dívida pública): a Lei 4.320 (dispositivo que regula os orçamentos e as contas da União, dos Estados e dos municípios), a regra de ouro (que proíbe o governo brasileiro de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como aposentadorias, salários do funcionalismo e outras despesas da máquina administrativa), a Emenda Constitucional 109 (que limitou o gasto com serviços públicos além da inflação por 20 anos), o teto de gastos, o arcabouço fiscal.

Agora, nada disso foi suficiente para permitir a estabilização da dívida em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). Desde 1999, quando foi instituído o tripé macroeconômico, composto pelo resultado primário, pela meta de inflação e pelo câmbio flutuante, nunca houve um superávit primário que cobrisse os gastos com os juros da dívida. Infelizmente, ninguém no Brasil examina a despesa

financeira, que é o que mais importa para o crescimento da dívida pública. Todo mundo só quer saber do resultado primário.



Benevides Filho afirma que a alta taxa real de juros do País não permite uma estabilidade na relação dívida/PIB, mesmo com superávit primário
Foto: Nilton Fukuda/Estadão

O sr. diz que, desde 1999, não ocorreu uma redução da relação dívida/PIB mesmo quando houve superávit primário. E a queda que ocorreu nos governos Lula 1 e 2 e Bolsonaro?

Isso só aconteceu porque eles tiveram receitas não recorrentes. Na gestão do Paulo Guedes, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) devolveu R\$ 300 bilhões ao Tesouro e o TCU (Tribunal de Contas da União) obrigou o governo a usar esse dinheiro para amortizar a dívida pública. Nos governos Lula 1 e 2, houve a receita do pré-sal, de quase R\$ 100 bilhões, mais R\$ 40 bilhões de Refis (Programa de Recuperação Fiscal) e assim por diante. O modelo brasileiro não permite uma estabilidade na relação dívida/PIB, por causa da taxa real de juros do País. Não faz sentido essa taxa ser tão elevada, em função desse “risco Brasil” que é tão demandado pelo sistema financeiro. E não me venha com essa história de que “ah, isso é política”. Eu estou falando aqui de teoria econômica.

No Brasil, a gente cobra o governo, porque os R\$ 500 milhões que serão destinados ao combate das queimadas deverão ficar fora do resultado primário e vão aumentar a dívida pública. Eu também acho isso muito estranho. Não sei se o Congresso vai aceitar. Recentemente, numa entrevista ao Estadão, o (economista) Marcos Mendes disse “olha, tem aí três, quatro despesas que estão ficando fora do resultado primário e isso pode ser considerado como ‘contabilidade criativa’”. Mas ninguém fala que esses R\$ 500 milhões, mais aqueles R\$ 4 bilhões ali e outros R\$ 2 bilhões acolá, que também deverão ficar fora do resultado primário, não caçam nem o chinelo dos quase R\$ 900 bilhões que nós deveremos pagar de juros neste ano. O que está aumentando a dívida pública não é o déficit primário, mas o que a gente gasta com o pagamento de juros. Este é o ponto.

Agora, independentemente do impacto na dívida pública, os juros guardam uma relação com o resultado primário. Quando o resultado primário é positivo, os juros tendem a ser mais baixos, com um impacto menor na dívida pública. E, quando há um resultado primário negativo, a taxa de juros tende a ser maior. A gente não tem de levar isso em conta nessa equação?

Veja, não interessa se a dívida pública está aumentando 2% com primário negativo ou se vai aumentar 1% com primário positivo. Ela continua aumentando. Aqui no Brasil, quando eu vou dar minhas palestras nos bancos e entro nessa questão, eles dizem “ah, você não quer pagar a dívida, quer dar um calote”. Aí eu digo para eles: “Vamos pegar, então, o caso dos Estados Unidos. Vocês adoram os Estados Unidos. Pois bem, os Estados Unidos, que são o país mais capitalista do mundo, têm meta financeira”. Lá, todo ano o orçamento coloca um limite na dívida em relação ao PIB. Quando o gasto chega no limite, para tudo. Não para só o pagamento da dívida, não. Para o pagamento de pessoal, também. Fecha museu, fecha tudo. E veja que os Estados Unidos são o ancoradouro da poupança internacional. O risco não é só interno. A Alemanha também tem um limite para a despesa financeira, que está na Constituição. Cada um tem a sua regra. Agora, aqui no Brasil não tem regra. Por que o Brasil não pode ter uma única meta de cunho financeiro? Essa discussão está interdita aqui. O sistema financeiro não permite que ela exista.

Hoje, no orçamento da União, quando você quer suplementar uma despesa primária, há uma regra que diz que o governo só pode suplementar por decreto. Ele faz o decreto e publica no Diário Oficial, que ninguém lê. Se o governo quiser fazer uma suplementação maior do que 20%, é obrigado a mandar um PLN (projeto de lei) para o Congresso Nacional tomar conhecimento. No caso do gasto com juros, é diferente. No ano passado, o Orçamento previa um gasto de R\$ 386 bilhões com juros da dívida, mas o total chegou a R\$ 760 bilhões, quase o dobro. Como é que o governo cobriu essa



diferença? Fez um decreto para suplementar esses valores. Você sabe qual é o limite para suplementação de gasto financeiro por decreto no Brasil? Não tem. O céu é o limite.

“Não faz sentido o governo federal aumentar o gasto com juros de R\$ 400 bilhões para R\$ 900 bilhões e isso não reverberar como o resultado primário”

O sr. falou que, nos Estados Unidos e na Alemanha, o déficit financeiro, a despesa com juros, está dentro do limite de gastos. Mas tanto nos Estados Unidos como na Alemanha o Banco Central tem liberdade para fixar os juros.

Sim, eles são livres para fixar os juros. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve Bank (Fed, o banco central americano) pratica a taxa de juros que quer. Na Alemanha, com o Bundesbank (banco central alemão), é a mesma coisa. Não tem diferença. O limite para o gasto financeiro não tira a liberdade de o Banco Central fixar a taxa de juros.

Em sua avaliação, como deve ser tratada essa questão do déficit financeiro no Brasil?

Eu acredito que o primeiro passo é dar transparência ao gasto financeiro. Esta palavra é muito importante: transparência. Não faz sentido o governo federal aumentar o gasto com juros de R\$ 400 bilhões para R\$ 900 bilhões e isso não reverberar como ocorre quando o resultado primário fica fora da meta. As pessoas vão dizer “não, mas isso é publicado no Diário Oficial”. Um gasto desse tamanho não pode ficar só nos documentos oficiais. Isso tem de ser reverberado como o ocorre com o resultado primário, como esses R\$ 40 bilhões que deverão ficar fora da regra fiscal e que há dias vêm pautando o noticiário econômico do País. Como eu disse há pouco, acredito que nós temos de ter um resultado primário positivo, mas isso não é suficiente para estabilizar a relação dívida/PIB, se não tivermos uma regra para controlar a despesa financeira.

O sr. acha, então, que o resultado primário não tem influência no nível de juros, no déficit financeiro? As duas coisas não têm relação nenhuma?

É claro que o resultado primário tem relação com os juros. Só que eu acredito que praticamente não há influência do primário na relação dívida/PIB. A Argentina deu um calote na dívida há seis anos e paga uma taxa de juro real menor do que a nossa. Como é que é isso? O México também, com mil problemas, tem um juro real menor. E o Brasil, que não dá calote, que só deu um calote lá nos anos 1970, sei lá quando, tem a maior taxa de juros real do mundo, tirando a Rússia. Não estou dizendo que o sistema financeiro não tem de cobrar o risco dele. Tem de cobrar. É óbvio que ninguém vai financiar governo sem receber um prêmio por isso. O que eu estou questionando é o tamanho desse juro real. Com primário positivo ou com primário negativo, o juro real no Brasil continua sendo o maior do mundo. Por isso é que eu digo que tem de haver uma regra para balizar a despesa financeira. Não faz sentido aumentar o gasto com juros de R\$ 400 bilhões para R\$ 900 bilhões por decreto.

Mais uma vez, deputado, independentemente da discussão sobre o nível dos juros no País, a gente tem de levar em conta que o patamar da taxa é muito influenciado pela política fiscal, pelo resultado primário. Quando não há uma política fiscal equilibrada, fica mais difícil cortar os juros. Todo o peso da estabilização da moeda, da contenção de um eventual impulso inflacionário, fica em cima da política monetária. E, hoje, o que a gente observa é que, do ponto de vista do resultado primário, há uma atitude relapsa do governo, que acaba contribuindo para manter os juros num patamar mais elevado do que eles poderiam ser se a política fiscal fosse mais equilibrada. Como o sr. analisa essa questão?

Não procede, porque, mesmo com resultado primário positivo, como eu falei, o Brasil sempre teve um crescimento da relação dívida/PIB, salvo nesses dois períodos que eu mencionei. Não por causa do resultado primário, mas pelas receitas extraordinárias obtidas na época. Do ponto de vista da dívida pública, não faz diferença se a taxa de juros vai cair de 10,25% ao ano para 9,75% ao ano, se houver um superávit primário de R\$ 10 bilhões, em vez de um déficit. Isso não resolve o problema. O que eu estou questionando é o nível dos juros que a gente pratica. Para mim, essa taxa real de juros que o sistema financeiro demanda está além do risco que o País efetivamente apresenta.

“Tive uma conversa de alto nível, de duas horas e meia, com o Campos Neto sobre os juros. Ele viu que eu não estava com bravata”



Agora, mesmo considerando isso que o senhor está dizendo, a gente não tem de levar em conta também que, quando não há superávit primário, a tendência é o juro ser mais alto, levando a um crescimento maior da relação dívida/PIB?

O ponto não é esse. O ponto, mais uma vez, é que, independentemente de o resultado primário ser positivo ou negativo, o patamar da taxa de juros real é brutal. Não há razão para isso. A gente precisa discutir abertamente essa questão. É isso que aumentando a dívida pública e não a despesa primária.

Eu entendo o ponto que o senhor está colocando, mas não dá para negar que o grande salto da dívida pública no País se deu logo após a aprovação da Constituição de 1988, em função do aumento das atribuições da União sem a existência de receitas correspondentes, e nos governos Dilma 1 e 2, quando o déficit primário e a “contabilidade criativa” prosperaram. Então, como a gente pode desconsiderar a contribuição do déficit primário para a alta dos juros e o crescimento da dívida pública?

De novo, eu sou favorável ao resultado primário positivo. Não abro mão disso. O que estou querendo dizer é que só isso não é suficiente para estabilizar a relação dívida/PIB, que é o que nós queremos. E que, mesmo com o primário sendo positivo, como eu acho que deve ser, que é algo importante, isso não é suficiente para a gente estabilizar a relação dívida/PIB.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito críticas pesadas, com forte viés político, ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por causa dos juros altos. O sr. não teme que as suas colocações sejam vistas como uma “passada de pano” para as bravatas do presidente?

Não, pelo contrário. (Isso) vai ser mantido como está. Você tem a bravata política e tem a prática. Tem a bravata (do presidente), mas como é que está (agindo) o indicado dele?

Eu é que pergunto para o sr.

Está dentro (do sistema).

O que sr. quer dizer com isso? Que, na prática, independentemente das bravatas do Lula, o governo acaba fazendo o jogo do sistema financeiro em relação à taxa de juros?

Lá na Câmara, é isso que os deputados me questionam. Eles me chamam de “professor”, porque lá eu tenho abordado essas questões de forma mais aprofundada, para tentar abrir um pouco a cabeça do pessoal, inclusive de alguns jornalistas que cobrem a gente. Tudo para eles é resultado primário. Se eu falo de resultado financeiro, eles dizem “como assim?”. Quem é o brasileiro que sabe que o Brasil vai gastar neste ano quase R\$ 900 bilhões com juros? Ninguém sabe. A gente precisa contar o impacto disso na dívida pública e dar transparência à despesa financeira do governo. Por isso, eu resolvi enfrentar essa questão tecnicamente, dentro da teoria econômica, sem ficar na bravata. Alguns meses atrás, eu até estive com o Roberto Campos Neto, para falar sobre isso.

Como foi esse encontro com o presidente do Banco Central?

Ele é um gentleman. Foi me receber lá embaixo, na portaria. Foi uma conversa de umas duas horas e meia, de alto nível. Ele viu que eu não estava com bravata. Fui com uma orientanda minha do doutorado na UFC (Universidade Federal do Ceará), a Isadora Osterno, que fez uma tese sobre o Banco Central e acabou de ser aprovada em concurso público para lecionar lá, e o professor Flávio Ataliba, que é pós-doutor em Harvard. Nós rodamos tanto o modelo de equilíbrio geral do Banco Central, que é o Samba, como o modelo de curto prazo. Depois de cinco horas para rodar isso no nosso computador da UFC, chegamos à conclusão de que a taxa básica (Selic) deveria ser de 11,25% ao ano, em vez dos 13,75% ao ano praticados na época, e levamos os indicadores para ele.

O que o Roberto Campos achou do levantamento que vocês realizaram?

Quando a gente chegou lá e eu disse o que nós tínhamos rodado, o técnico que estava com ele disse “eu sou matemático, não sou economista, deixa eu chamar aqui o pessoal da área”. Ele chamou três técnicos do Samba, aliás muito competentes, para conversar com a gente. Aí, um deles falou: “Dra. Isadora, no modelo que sra. estimou há vários coeficientes que nós achamos que estão



equivocados”. Então, eu disse: “Se o senhor acha que os nossos coeficientes estão equivocados, por que não me dá os seus, para a gente poder rodar os modelos?”. Mas eles não deram, não.

É complicado. Eles não vão compartilhar isso com alguém de fora do Banco Central.
Você veja como as coisas não são tão fáceis.

É difícil ver alguém como o sr. querendo levar essa discussão de um ponto de vista técnico. Quando isso acontece, o debate fica mais produtivo. A pessoa pode até discordar das suas ideias e apresentar argumentos em sentido contrário, mas não é aquela coisa de dizer que o presidente do Banco Central é “bolsonarista” por manter os juros altos.

Isso, a pessoa pode até discordar. Sem problema. Eu não quero saber desse negócio de política, de bravata. Eu quero falar de modelagem.

Eu não sei se o Roberto Campos Neto é bolsonarista ou não, mas acredito que, se ele quisesse ter ajudado o Bolsonaro nas eleições de 2022, não tinha deixado a taxa de juros lá em cima, em 13,75% ao ano, certo?

É claro. Eu também não penso por esse viés. Nem sei se ele ora para o Bolsonaro. Ele ora para o mercado financeiro. O viés é outro.

“Qual é a ganstança? O déficit primário deste ano está dentro da meta prevista no arcabouço fiscal, mesmo que seja na banda inferior”

Isso eu também não sei. O sr. é que está dizendo. Agora, é o mercado que compra o papelório do governo para rolar a dívida pública, não é? Então, acredito que o mercado deve ser levado em conta, porque, no dia que em que ele não quiser bancar o financiamento do Tesouro, nós vamos ter um problema sério. O sr. não acha?

Se o Brasil tivesse, como teve no passado, 27% ou 28% da dívida pública indexada ao câmbio, haveria o risco de o investidor não vir mais para o País. Mas, hoje, a dívida pública brasileira é quase todo em real. Apenas 7% são indexados ao câmbio, o que não é nada. Não tem possibilidade de default. “Ah, mas vai ter inflação depois”. Pode ser. Mas default? O que é isso? Essa possibilidade não existe. O máximo que pode acontecer é o Brasil, num eventual descalabro total, ter de pagar, sei lá, R\$ 50 bilhões, R\$ 100 bilhões de juros a mais para poder rolar a dívida pública.

Deixando essa questão do default de lado, o sr. concorda que, se o governo não fizesse a ganstança que está fazendo, essa despesa de quase R\$ 900 bilhões com juros provavelmente seria bem menor?

Qual é a ganstança? O déficit primário deste ano está dentro da meta prevista no arcabouço fiscal (déficit de zero a 0,25% do PIB), mesmo que seja na banda inferior, com previsão de um resultado negativo de R\$ 28 bilhões. Em agosto, a arrecadação aumentou 12% em termos reais em relação ao mesmo mês do ano passado. Então, a gente tem de fazer uma reflexão de como essa coisa está evoluindo. Não dá para cantar que o déficit primário ficará acima de R\$ 30 bilhões. Se ele for de até R\$ 30 bilhões, ainda ficará dentro da meta. Essa ganstança da qual todo mundo fala tem de ser traduzida em números concretos. O pessoal fala “ah, o teto do gasto foi muito importante” para controlar as despesas públicas. O teto do gasto só teve um efeito: reduziu o investimento. Ele não diminuiu em nada a despesa obrigatória. Este é outro mito. Os gastos obrigatórios até aumentaram de 90% para 92% do total da despesa primária com a adoção do teto dos gastos.

Desculpe, deputado, mas eu tenho esses números de cabeça, porque produzi uma reportagem recentemente sobre isso. Segundo os dados do próprio Tesouro, a despesa primária líquida caiu de forma significativa, de 19,9% do PIB no fim do governo Dilma e de 19,3% do PIB em 2018 para 18% do PIB em 2021 e 2022. Não só por causa da queda dos investimentos do governo, mas também porque não houve aumento real do salário mínimo, das aposentadorias e de outros benefícios sociais nem aumento salarial do funcionalismo. Ao mesmo tempo, o quadro de servidores teve uma redução de 47 mil funcionários, ou seja, de 7,5% do total no fim do governo Temer. Como o sr. pode afirmar que não há ganstança no governo Lula?



A despesa primária líquida se estabilizou em 19% do PIB com o teto de gastos e só veio para 18,8% em 2022, porque o governo cortou o investimento. Na média, de 2017 a 2022, a despesa obrigatória ficou em 19,1% do PIB. Então, a despesa obrigatória não caiu e o investimento é que foi penalizado.

Se o PIB cresceu nesse período e não houve aumento real nesses quesitos que eu mencionei, não tem como a despesa ter caído só no investimento. Até porque o investimento do governo federal, sem contar as estatais, representava apenas 0,25% do PIB, enquanto a queda nas despesas foi de 1,3 ponto percentual em relação a 2018.

Eu estou dando um dado. A despesa obrigatória, do total da despesa, aumentou de 90% para 92% do total. Só para a gente enxergar o que aconteceu.

Agora, deputado, só em 2023, de acordo com os dados oficiais, a despesa primária líquida aumentou de 18% para 19,6% do PIB, quase 9% em termos reais num ano só. Isso não é ganância?

Quando é que eu vou caracterizar a ganância? Eu vou caracterizar a ganância quando o governo descumprir as metas já canceladas pelo mercado, pelo Orçamento e pelo arcabouço fiscal. Você pode dizer “não, mas no fim do ano pode ser que ele não cumpra”. Aí nós vamos discutir o assunto novamente lá no fim do ano. Mas querer imputar a ganância sem antes ela se concretizar não dá.

Só no ano passado, foram R\$ 230 bilhões de déficit primário, o equivalente a 2,1% do PIB, o segundo maior déficit da história.

Não, não houve R\$230 bilhões de déficit. É preciso levar em conta que houve R\$ 92 bilhões de precatórios dentro do resultado primário. Então, não vamos distorcer as coisas. Uma das principais despesas que foram feitas foi pagar a dívida dos precatórios que o Paulo Guedes não pagou, sem que o atual governo fosse responsável por ela. O Paulo Guedes fez isso aí e todo mundo achou lindo. Era para o mercado ter penalizado o governo com essa medida que foi tomada para adiar os pagamentos dos precatórios. Agora, não. O governo tanto está fazendo aumento de receita como está passando para a sociedade que ele vai, sim, se preocupar com a despesa. Isso tem de ficar claro.

“Não estou achando maravilhosa a política fiscal, mas o governo tem feito esforços para equacionar o resultado primário”

O pagamento dos precatórios estava já previsto para ser pago em parcelas. Isso, em 2027. Não sou advogado do Paulo Guedes, mas o governo resolveu pagar tudo de uma vez por uma opção própria. Ele não precisava ter feito isso. Inclusive o próprio Ciro Gomes, com quem o sr. tem uma ligação política, criticou muito a antecipação desses pagamentos, que os bancos aplaudiram.

Sim, mas, de qualquer forma, não foi um gasto promovido pelo atual governo.

Agora, mesmo descontando os R\$ 90 bilhões dos precatórios, ainda sobrariam R\$ 140 bilhões de déficit primário em 2023.

Mas o governo está corrigindo isso agora. O governo está passando para a sociedade que ele vai, sim, se preocupar com a despesa. O governo está preocupado com a despesa previdenciária, está preocupado com o BPC (Benefício de Prestação continuada), está cortando alguns gastos, dizendo que vai economizar pelo menos R\$ 18 bilhões.

Só que o governo está deixando de fora do resultado primário cerca de R\$ 40 bilhões de despesas, em bolsas do programa Pé-de-meia, concessão de auxílio-gás, recursos para combate a queimadas, projeto que autoriza a estatal Emgea a comprar créditos imobiliários podres dos bancos, ressuscitando a velha “contabilidade criativa” que levou ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Então, fica difícil dizer que o governo está cumprindo meta. Assim, é fácil, não é, deputado?

Não tem aumento de gasto. Primeiro, a exclusão do auxílio gás só vai acontecer no ano que vem. Em segundo lugar, no caso da despesa relacionada às enchentes do Rio Grande do Sul, que é a maior entre as que vão ficar fora do primário, a Constituição diz que em calamidade pública você pode fazer crédito extraordinário. Isso acontece em qualquer lugar do mundo. Não é contabilidade



criativa. Esses R\$ 500 milhões para combate aos incêndios florestais não representam um valor relevante. Então, não é assim como você está falando.

Do jeito que o sr. está colocando o quadro, parece que a política fiscal do governo Lula é maravilhosa. É isso mesmo?

Não, não estou achando maravilhosa. Eu estou dizendo que o governo tem feito esforços, na tentativa de equacionar o resultado primário. Acredito que o governo está procurando perseguir isso, mas ainda assim não será suficiente com esses juros estratosféricos para estabilizar a relação dívida/PIB. A política fiscal sozinha – isso eu já disse para o ministro Fernando Haddad – não dá uma segurança de estabilização na relação dívida/PIB.

Em sua visão, então, o governo não precisa cortar gasto nenhum?

Não, não é isso. Como eu acabei de falar, o governo está procurando cortar gasto. Já anunciou onde vai cortar. Ele está revendo os gastos da Previdência. Está revendo os gastos com o BPC. Está trabalhando em cima disso e vai apresentar os resultados em dezembro. Agora, eu faria diferente. Eu cortaria mais. Acredito que a despesa obrigatória tem de ser observada com lupa. Tem de cortar os excessos, aprimorar o controle, porque, se o governo não fizer isso em 2025, ele não conseguirá cumprir o resultado primário.

O sr. se refere ao “pente fino” que será feito para apurar irregularidades nos benefícios sociais?

Sim, sim. Eu não tenho dúvida de que em todos eles têm gente recebendo benefício de maneira inadequada.

Pelo que eu vi outro dia, a previsão oficial de economia com essas medidas, que o sr. falou que seria de R\$ 18 bilhões, na verdade era para ser de R\$ 15 bilhões, mas o governo já está revendo R\$ 1,7 bilhões de cortes, reduzindo o valor total para cerca de R\$ 13 bilhões. É curioso que o sr. minimiza os gastos fora da meta, mas maximiza os cortes.

Se eu tirar o Rio Grande do Sul da conta dos gastos que deverão ficar fora do resultado primário, sobraria algo em torno de R\$ 5 bilhões, na pior hipótese. É isso que o pessoal chama de “contabilidade criativa”? R\$ 5 bilhões? Eu gostaria de ter o mesmo tempo que a gente gasta para discutir esse gasto de R\$ 5 bilhões para debater os R\$ 900 bilhões de gasto financeiro previstos para 2024.

“O mercado estimou um crescimento de 1,3% do PIB neste ano e ele deverá ser de 3%”

O TCU soltou um relatório estes dias, aprovado por unanimidade, abordando o alto risco de o governo não cumprir a meta fiscal em 2024 também pelo lado da frustração de receitas. No Orçamento, o governo previu quase R\$ 32 bilhões de arrecadação com ações no Carf (tribunal onde são julgados recursos administrativos de débitos dos pagadores de impostos), mas até agora, quase no fim de setembro, entraram apenas R\$ 83 milhões no caixa do Tesouro, segundo o TCU. Isso já está na sua conta?

Na estimativa do TCU, o crescimento da receita neste ano é de 8% em termos reais. Em agosto, como eu disse há pouco, o aumento da arrecadação chegou a 12% em relação ao mesmo período do ano passado. Veja quantos bilhões a mais foram acrescentados na receita. Então, depende do que você está analisando. O que é que o TCU vai dizer agora, com a receita crescendo 12%? Se você previu uma elevação da arrecadação de 8%, mas ela está subindo 12%, como está acontecendo, as projeções têm de mudar. E a tendência é a arrecadação continuar a subir nos próximos meses, porque o mercado estimou um crescimento de 1,3% do PIB neste ano e ele deverá ser de 3%.

Agora, o ministro Fernando Haddad, que foi apelidado de Taxad, pela sua volúpia tributária, vem buscando o equilíbrio fiscal muito em cima do aumento de tributos, mesmo com o País já tendo uma das maiores cargas tributárias, se não a maior, entre os mercados emergentes, e está cortando gastos apenas de forma marginal, até por determinação do Lula. O sr. também acredita que é por aí que deve ser feito o ajuste nas contas públicas?



Essa é uma coisa que tem de ser melhor explicada. Não houve aumento do imposto de renda das pessoas jurídicas. O que houve foi a cobrança de imposto de renda dos fundos exclusivos, que pagavam zero. Alguém tem de dizer isso. Tinha de taxar mesmo os fundos exclusivos, que atendem 2.846 pessoas, com um saldo de R\$ 746 bilhões em aplicações. Além disso, houve a cobrança de imposto de renda dos fundos offshore, que também pagavam zero. Muita gente pensa que a cobrança é sobre o estoque, mas é sobre o ganho. Depois, houve também a cobrança de imposto das bets, que faturam R\$ 140 bilhões por ano, pagam R\$ 36 bilhões aos apostadores e ficavam com R\$ 104 bilhões para elas. As bets não pagavam nada de imposto no Brasil. Agora, isso é aumento de tributo? Ah, espera aí. Como bom tributarista, eu não posso permitir que isso seja passado como aumento de tributo.

Se dependesse do ministro Fernando Haddad, a gente ainda teria uma taxa adicional sobre as empresas, com a limitação do uso de créditos de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), para compensar a desoneração da folha de pagamento. Era algo tão despropositado que gerou um movimento contrário dos empresários como há muito não se via no País.

Esse pessoal está há 13,14 anos com incentivo fiscal, desde 2011. De cinco em cinco anos, ele é renovado. E todo mundo acha que estava tudo lindo e agora isso vai continuar por mais dez anos. Aliás, essa medida do PIS/Cofins nem passou no Congresso. Nós estamos discutindo uma coisa hipotética, que não passou pelo Legislativo.

Não passou porque o ministro teve de recuar diante da celeuma que foi gerada.

Exatamente. O Congresso teve a responsabilidade de calibrar isso. Agora, isso aí traz de volta a discussão se nós temos de dar incentivo fiscal a vida inteira. A União dá R\$ 540 bilhões de incentivo fiscal por ano. Se a gente tirar os R\$ 100 bilhões das microempresas e os R\$ 35 bilhões da Zona Franca de Manaus, ainda estamos falando de R\$ 400 bilhões. Vamos deixar isso a vida toda? Esse pessoal vai continuar tendo esse privilégio para sempre?

É, mas o sr. acha que é correto tentar mexer nisso na calada da noite, empurrando goela abaixo dos empresários, sem qualquer discussão prévia, como fez o ministro?

Aí, está certo. Isso tem de ser discutido com a população, como eu quero que os R\$ 900 bilhões de despesas financeiras também sejam.

Quer dizer, em vez de cortar gastos, o governo vai continuar torrando o dinheiro dos pagadores de impostos e alavancando a arrecadação com aumento de tributos?

Mas não tem aumento de imposto. Acabei de explicar. Você dá a entender que esse aumento de carga tributária está indo para o mais pobre, que o governo está aumentando o imposto na base. Vamos fazer isso com correção, dizer onde se está se dando esse aumento do tributo, porque senão a gente passa uma imagem de que é taxa, taxa, taxa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2024

ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO SERÁ COMO UM NOVO PRÉ-SAL DO PAÍS, DIZ TARCÍSIO

Governador de São Paulo afirma que marco do saneamento conseguiu transformar setor e gerar investimentos no Brasil inteiro

Por Victor Ohana (Broadcast) e Francisco Carlos de Assis (Broadcast)

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta terça-feira, 24, que a área do saneamento básico será como "um novo pré-sal" para o Brasil. As declarações ocorreram durante o painel "Brasil 2025/26: as oportunidades nos Estados", em conferência do Banco Safra, em São Paulo.

"Só o contrato da Sabesp, agora, é de R\$ 260 bilhões. Então, a gente vê o poder do marco do saneamento em termos de transformação e geração de investimento. Eu diria que o saneamento é o nosso novo pré-sal, pela capacidade de gerar investimentos no Brasil inteiro", declarou.

Tarcísio afirmou ainda que o programa de parceria público-privada de São Paulo saltou de R\$ 220 bilhões para R\$ 500 bilhões desde seu lançamento.



Para Tarcísio, o ano de 2016 foi 'ponto de inflexão' no País, devido às reformas Foto: Tiago Queiroz/Estadão

“Ontem (segunda-feira, 23), eu fiz uma provocação para o meu time, e pouca gente sabia, acho que ninguém sabia responder. Mas eu disse o seguinte: vocês têm ideia do tamanho do nosso programa de parcerias de investimentos hoje? E o pessoal dizia: não sei. Quando a gente lançou o programa, era de R\$ 220 bi. Pois é. Hoje, ele já é mais do que R\$ 500 bilhões. Só a Sabesp é

R\$ 260 bilhões”, declarou.

Para o governador de São Paulo, o ano de 2016 foi “um ponto de inflexão” no País, com uma migração de “uma era antibusiness” para “uma era pró-business”.

“O Brasil passou por um volume brutal de reformas de 2016 para agora. Eu digo que 16 é um ponto de inflexão: que a gente migra de uma era antibusiness e ingressa numa era pró-business”, declarou.

Ele mencionou a criação, naquele ano, do programa de parceria de investimentos. “Esse programa contratou, fez, em dois anos e meio, 127 leilões”, lembrou.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 24/09/2024*

BRASIL PRECISA INVESTIR US\$ 1,3 TRILHÃO PARA CHEGAR À NEUTRALIDADE DAS EMISSÕES DE CARBONO

Segundo levantamento, investimentos seriam necessários para garantir capacidade necessária para a eletrificação de setores de uso final, como transportes, construção e industrial

Por Luciana Collet (Broadcast)

O Brasil precisará investir mais de US\$ 1,3 trilhão entre 2024 e 2050 para alcançar a neutralidade nas emissões de carbono, incluindo cerca de US\$ 500 bilhões diretamente em energias renováveis e outros US\$ 500 bilhões em redes elétricas. É o que aponta um relatório da BloombergNEF (BNEF) sobre a transição energética brasileira.

O montante inclui também investimentos relacionados à cadeia do hidrogênio, armazenamento de energia e projetos de captura e armazenamento de carbono (CCS, na sigla em inglês). Segundo o levantamento, tais investimentos seriam necessários para garantir a capacidade necessária para a eletrificação de setores de uso final, como transportes, construção e industrial.

Segundo a BNEF, a eletrificação desempenha um papel importante na trajetória de descarbonização do Brasil, representando 53% das emissões evitadas entre hoje e 2050, em comparação com um cenário sem transição no qual não há nenhuma ação adicional de descarbonização.



Emissões relacionadas à energia no Brasil precisam cair 14% até 2030 ante os níveis de 2023 e despencar 70% até 2040, para que estejam alinhadas ao Cenário Net Zero, segundo o relatório Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Segundo o relatório, as emissões relacionadas à energia no Brasil precisam cair 14% até 2030 ante os níveis de 2023 e despencar 70% até 2040, para que estejam alinhadas ao Cenário Net Zero, de zero emissões líquidas de carbono até 2050, mantendo o aquecimento global bem abaixo de 2 °C.

Para a head global de transições energéticas da BNEF, a brasileira Luiza Demoro, o Brasil está posicionado de forma única para ajudar a impulsionar os esforços globais de descarbonização, seja por sua posição na presidência do G20 neste ano e por sediar a COP-30 em 2025, seja por seus recursos naturais abundantes.

“No entanto, para aproveitar essa oportunidade e desbloquear os fluxos de capital em escala, o Brasil precisa desenvolver, aprovar e implementar com urgência políticas e regulamentações robustas, ao mesmo tempo em que aborda as barreiras do mercado”, diz.

A BNEF cita que o Brasil aprovou em agosto uma lei de hidrogênio verde, o que pode colaborar para que o País produza o hidrogênio verde mais barato do mundo. Mas indica que o País também poderia avançar na criação de compensações de carbono naturais para até 30,5 gigatoneladas de CO₂ equivalente. “A dominância da oferta do Brasil significa que qualquer mudança nos fundamentos do País poderia ter ramificações na demanda global e nos preços dos créditos de carbono”, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2024

CAMPOS NETO DIZ QUE HOVE ‘EXAGERO’ DO MERCADO COM FISCAL, MAS APONTA PREOCUPAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA

Presidente do BC afirmou entender desejo do mercado por uma sinalização dos próximos passos, mas acrescentou que, às vezes, a autoridade monetária não sabe a decisão que vai tomar

Por Daniel Tozzi Mendes (Broadcast), Francisco Carlos de Assis (Broadcast) e Eduardo Laguna (Broadcast)

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao comentar a política fiscal do Brasil nesta terça-feira, 24, destacou que, mais do que os números em si apresentados pelo governo, é preciso se atentar para “a transparência e qualidade” desses dados.

“Acho que, na ponta, surgiu esse tema, esse questionamento em relação não só ao número fiscal, mas à transparência, à qualidade desses dados”, disse o banqueiro central, durante evento do Banco Safra, reforçando que esse é um tema “importante de se acompanhar”. Para ele, é preciso também observar essa situação em um horizonte um pouco mais longo, para além do que ele chamou de “ruídos de curto prazo”.

Ele ressaltou, porém, que “é difícil” para o Banco Central fazer comentários sobre política fiscal e que cabe à autoridade monetária utilizar modelos para entender sobre essa área e calibrar a sua função de reação.



Campos Neto disse que BC trabalha com um cenário em que haverá redução dos gastos do governo federal na comparação com o que foi gasto no ano passado Foto: Alex Silva/Estadão

O banqueiro central ainda afirmou que parece ter havido “um exagero” por parte do mercado financeiro ao precificar os riscos fiscais, mas que não cabe ao BC julgar os preços de mercado, e sim entendê-los. “Nós entendemos que, olhando os preços de mercado, eles parecem um exagero em relação ao que foi feito (pelo governo, na área fiscal), mas estamos acompanhando porque é importante para a nossa função reação”.

Campos Neto disse ainda que o BC trabalha com um cenário em que haverá redução dos gastos do governo federal na comparação com o que foi gasto no ano passado. “O quanto (vai diminuir o gasto) a gente não arrisca a colocar, mas a gente entende que vai ter uma desaceleração nos gastos, isso já está nas nossas projeções”, explicou.

Próximos passos



O presidente do BC destacou a coesão do Comitê de Política Monetária (Copom) em suas duas últimas reuniões. Segundo ele, houve uma percepção unânime entre os membros de que era importante comunicar a decisão de forma eficiente.

Ele disse entender o desejo do mercado em ter um guidance — ou seja, uma sinalização dos próximos passos do BC. E acrescentou que, às vezes, a autoridade monetária não sabe a decisão que vai tomar na reunião seguinte. É o que acontece no momento, quando o BC prefere esperar por indicadores econômicos.

“Nem sempre é possível dar guidance, apesar de o mercado sempre esperar. Sempre há redução de volatilidade quando o BC dá guidance, mas neste momento não daremos”, declarou.

O presidente do BC expressou desconforto tanto com a desancoragem das expectativas quanto com o prêmio de risco na curva longa de juros, atribuído, em parte, a incertezas sobre a política fiscal. Ponderou, no entanto, que a questão fiscal pode ser endereçada rapidamente, ao justificar a decisão do BC de aguardar a evolução do cenário.

Ao ser questionado sobre qual conselho deixaria para a direção do BC, Campos Neto, que deixa o cargo na virada do ano, respondeu que a recomendação é agir com independência, aguentar a pressão e ser técnico, sem se levar por ruídos de curto prazo.

Mercado de crédito

Campos Neto afirmou que há percepção de alguma piora “na ponta” no mercado de crédito do País, especialmente entre a população de renda mais baixa. Em um âmbito mais amplo, porém, a avaliação do presidente do BC é que o mercado de crédito se mostrou mais forte do que o inicialmente esperado neste ano.

“Quando a gente olha a baixa renda na ponta, tem um pouquinho de piora”, disse Campos Neto, que em seguida traçou uma possível correlação entre esse cenário e o mercado das “bets”, as apostas esportivas online, no País.

“É um tema muito relevante e que tem sido falado sobre o comprometimento da renda das famílias nesses sites de apostas”, disse. Segundo ele, já há estudos indicando, por exemplo, que uma parcela considerável de pessoas beneficiárias do Bolsa Família está colocando o dinheiro nas bets.

Assim, o crescimento dessas casas de apostas é uma questão que preocupa o Banco Central, de acordo com Campos Neto, que, no entanto, reforçou que o trabalho no BC nesta questão deve se limitar a ajudar o governo e o Congresso com dados.

“Uma coisa que tem gerado preocupação na ponta é que o crescimento é muito grande. A gente consegue mapear o que foi feito de Pix para esses sites de apostas e o crescimento de janeiro até hoje é muito grande”, detalhou Campos Neto, que cita ainda que o chamado “tíquete médio” dessas transações já subiu mais de 200%.

“Já começamos a ter a percepção de um efeito disso [bets] sobre a inadimplência na ponta”, disse o banqueiro central. “O crédito segue muito bem e saudável, mas tem esses pontos de atenção”, reforçou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2024

ANÁLISE - BANCO CENTRAL COBRA ‘TRANSPARÊNCIA’ NA POLÍTICA FISCAL E ALERTA PARA RISCO DE JUROS AINDA MAIS ALTOS

Copom diz que política fiscal ‘expansionista’ pressiona inflação e aumenta juros neutros; para órgão, é preciso haver ‘regras previsíveis’ sobre os resultados das contas públicas

Por Alvaro Gribel



O Banco Central reforçou que continuará subindo os juros na próxima reunião, mas não quis adiantar se manterá o ritmo de alta de 0,25 ponto percentual ou se irá acelerar para 0,5 no próximo encontro, em novembro. O mais importante da ata do Copom divulgada na manhã desta terça-feira, 24, contudo, foram os recados dados em relação à política fiscal. Na última semana, o BC subiu a Selic de 10,5% para 10,75% de forma unânime.

Segundo o BC, a política fiscal no governo Lula está “expansionista” e isso tem dificultado o trabalho de controle da inflação. Além disso, num tom mais duro até então sobre as contas públicas, o BC cobrou “regras previsíveis” e disse que “transparência nos resultados” são elementos fundamentais para o controle das expectativas.

“Uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados, em conjunto com a persecução de estratégias fiscais que sinalizem e reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal nos próximos anos são importantes elementos para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária”, diz trecho da ata.

Membros do Copom, do Banco Central; autoridade monetária decidiu aumentar os juros em 0,25 ponto percentual na semana passada Foto: Raphael Ribeiro/BC

Nas últimas semanas, vem crescendo as críticas no mercado financeiro sobre a condução da política fiscal. Dois projetos elaborados pelo Ministério de Minas e Energia (MME), mas que contaram com a assinatura do Ministério da Fazenda, chamaram atenção.

Um deles tentava aumentar os gastos com o Auxílio-Gás, mas por meio de uma triangulação envolvendo a Caixa, sem que essa despesa entrasse no Orçamento. Além disso, foram concedidos benefícios fiscais para um projeto de navios-tanques, com depreciação acelerada, mas sem as devidas contrapartidas. A medida foi suspensa pelo Tribunal de Contas da União, como mostrou o Estadão.

‘Juro neutro mais alto’

O Banco Central também afirmou que há risco de aumento dos juros neutros da economia — taxa Selic que não tem efeito sobre a inflação — em caso de “esmorecimento” de reformas e disciplina fiscal, aumento do crédito direcionado e estabilização da dívida pública.

“O comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade.”

O BC, por outro lado, também apontou que “incorpora em seus cenários” a desaceleração no ritmo de crescimento dos gastos, em um sinal de apoio à equipe econômica.

Ritmo de alta em aberto

Na ata, o BC explicou que todos os membros do Copom votaram para que o aumento dos juros tivesse início com uma alta de 0,25 ponto. Por isso, a Selic subiu de 10,5% para 10,75% na reunião da semana passada.

Para frente, no entanto, os membros do colegiado preferiram não dar “indicação futura” sobre os próximos passos.

“O comitê debateu o ritmo e a magnitude do ajuste da taxa de juros, bem como sua comunicação. Em virtude das incertezas envolvidas, o comitê preferiu uma comunicação que reforça a importância do acompanhamento dos cenários ao longo do tempo, sem conferir indicação futura de seus próximos passos, insistindo, entretanto, no seu firme compromisso de convergência da inflação à meta”, afirma o documento.

A reunião deste mês foi a primeira após a indicação do economista Gabriel Galípolo para a presidência do Banco. Hoje, ele ocupa a diretoria de Política Monetária. Seu voto, assim como os dos outros três diretores já indicados por Lula, foram iguais aos dos cinco diretores herdados do governo Bolsonaro, incluindo o presidente Roberto Campos Neto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/09/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

APÓS SANTOS BRASIL, CMA CGM BUSCARÁ NOVAS AQUISIÇÕES

Com liquidez em caixa, terceiro maior grupo de transporte marítimo do mundo, tem se expandido para novas áreas

Por Sarah White — Financial Times, de Paris



CMA CGM vai comprar uma participação inicial na Santos Brasil, cujos ativos incluem o maior terminal de contêineres da América do Sul, no porto de Santos — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

A CMA CGM afirmou que vai buscar mais aquisições, apesar dos espectros de impostos mais altos sobre grandes empresas em seu mercado doméstico, enquanto o grupo francês de transporte marítimo anunciou um investimento de US\$ 1,1 bilhão em uma operadora de terminal portuário brasileiro.

Com liquidez em caixa, a CMA CGM, terceiro maior grupo de transporte marítimo do mundo, tem se expandido para novas áreas, como logística e mídia, e na segunda-feira informou que havia concordado em adquirir uma participação de 48% na Santos Brasil, com o objetivo de, por fim, assumir o controle do grupo.

O acordo segue um período de forte crescimento para a CMA CGM, o que se tornou um dos políticos na França, incluindo a extrema direita. O partido Assembleia Nacional, de Marine Le Pen, fez campanha para acabar com as isenções fiscais para grupos de transporte marítimo no período que antecedeu as recentes eleições na França, enquanto o recém-empossado premiê Michel Barnier abriu uma porta para arrecadações sobre grandes empresas para tentar corrigir as finanças públicas em dificuldades.

Rodolphe Saadé, CEO da CMA CGM, sediado em Marselha, disse que o grupo ainda está procurando o crescimento a longo prazo e que pagar impostos inesperados na França se fosse necessário.

“Somos uma empresa familiar, estamos olhando para o longo prazo”, disse Saadé aos repórteres após o acordo brasileiro. A CMA CGM vai comprar uma participação inicial na Santos Brasil, seus ativos incluem o maior terminal de contêineres da América do Sul, no porto de Santos, antes de lançar uma oferta pública de aquisição para as ações restantes, em uma transação de mais de US\$ 2 bilhões no total.

“Entendo que há dificuldades em França, mas o nosso objetivo é o futuro, é o investimento de longo prazo”, acrescentou. “Se o governo decidir que vai haver uma contribuição excepcional a ser feita pelas grandes empresas (na França), vamos assumir a nossa parte.”

Ele alertou, no entanto, que qualquer mudança para o chamado imposto sobre a tonelagem na França seria punitiva, já que os rivais da CMA CGM na Dinamarca e na Suíça desfrutavam de um regime favorável semelhante.

“Se a França optar por isso, vai nos colocar em desvantagem em relação aos nossos rivais europeus”, disse Saadé.

O sistema, baseado na tributação da tonelagem líquida de uma frota de embarcações, ajuda a proteger as empresas marítimas em épocas voláteis, quando a demanda diminui, mas é vantajoso por ser geralmente mais baixo que as alíquotas de impostos corporativos.

Saadé disse que sua meta para a CMA CGM era “continuar a fazer a empresa crescer”, inclusive por meio de aquisições quando surgisse uma oportunidade. O grupo se ramificou ainda mais na mídia com a compra do canal de TV BFM neste ano, consolidando o novo status de Saadé como um dos bilionários do setor na França. A logística também se tornou uma parte maior do portfólio e dos lucros do grupo.

Os preços do frete caíram em relação às altas registradas durante a pandemia de covid-19, que se mostraram uma bonança para os grupos de transporte marítimo, embora os bloqueios nas rotas do Mar Vermelho neste ano tenham sustentado os preços, e a demanda tenha se mostrada forte.

Saadé alertou que 2025 provavelmente será um ano mais difícil para o setor, pois mais pedidos de navios serão entregues, criando uma capacidade extra que pode não ser atendida. “2025 será mais complicado, mas não porque a economia mundial esteja desacelerando”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/09/2024

WILSON SONS DIZ QUE OSCILAÇÃO RECENTE DAS AÇÕES PODE TER SIDO CAUSADA POR NOTICIÁRIO

A variação pode ter sido causada pelo anúncio da venda da fatia do Opportunity na Santos Brasil, além das negociações que a sua controladora Ocean Wilsons tem com a I Squared para venda da empresa no Brasil

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



A baixa liquidez das ações também é uma das causas apontadas pela Wilson Sons — Foto: Divulgação/ Wilson.Sons

A Wilson Sons respondeu a ofício enviado pela B3 dizendo que a oscilação recente de suas ações pode ter ocorrido em função de uma série de razões envolvendo o noticiário recente da empresa e do setor de portos.

A empresa respondeu a questionamento da bolsa que perguntou sobre a alta das ações entre os dias 10 e 23 de setembro. Na sessão de ontem, as ações subiram 3,24% e o volume de negociações foi o dobro de sexta-feira.

Segundo a companhia, a oscilação pode ter sido causada pelo anúncio da venda da participação do Opportunity na rival Santos Brasil, além das negociações em curso que a sua controladora Ocean Wilsons tem com a I Squared para venda da empresa no Brasil.

A baixa liquidez das ações também é uma das causas apontadas pela Wilson Sons, o que faz com que qualquer investimento ou desinvestimento por um acionista mais representativo gere impacto na cotação e volume negociado.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/09/2024

GOVERNO DE SP PREVÊ PPP DE BALSAS EM 2025

Concessão de 30 anos deverá incluir travessias como a Santos-Guarujá e a São Sebastião-Ilhabela, no litoral

Por Taís Hirata — De São Paulo

O governo de São Paulo planeja licitar no segundo trimestre do ano que vem uma Parceria Público-Privada (PPP) para a operação de sistemas de travessias por balsa no Estado. O investimento previsto no projeto é de cerca de R\$ 300 milhões.

A consulta pública da concessão deverá ser lançada ainda neste ano, segundo Natália Resende, secretária estadual de meio ambiente, infraestrutura e logística.

O contrato, que tem duração prevista de 30 anos, inclui uma série de operações de transporte hídrico no Estado. No litoral, serão contempladas oito travessias por balsa que atualmente são operadas pelo governo paulista. São elas: São Sebastião/Ilhabela; Santos/Vicente de Carvalho; Santos/Guarujá; Bertioga/Guarujá; Cananéia/Ilha Comprida; Iguape/Juréia; Cananéia/Continente; e Cananéia/Ariri.

Concessão de 30 anos deverá incluir travessias como a Santos-Guarujá e a São Sebastião-

A PPP inclui ainda o sistema de balsas da região metropolitana de São Paulo - Bororé, Taquacetuba e João Basso -, que hoje é operado pela Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), e o serviço de balsas do reservatório de Paraibuna, que inclui mais três travessias na região do Vale do Paraíba, que engloba Porto Paraitinga, Porto Natividade da Serra, e Porto Varginha.

A concessão começou a ser estruturada na gestão anterior, porém a princípio enfrentou muita resistência. Resende avalia que isso se deu porque, inicialmente, o projeto seria uma concessão plena, financiada apenas com a tarifa dos usuários, o que acabou encarecendo a cobrança. No novo governo, a equipe decidiu transformar o contrato em uma PPP, na qual o Estado entrará com parte dos recursos para garantir uma tarifa menor.

Outra mudança da atual gestão foi a ampliação do escopo do projeto, que inicialmente previa apenas as oito travessias litorâneas e, agora, passou a abarcar também as da Emae e do reservatório de Paraibuna.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/09/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PORTO DO AÇU E HIF GLOBAL ASSINAM CONTRATO PARA INSTALAÇÃO DE E-METANOL NO BRASIL

Da Redação Portos e logística 24/09/2024 - 18:26



O Porto do Açú (RJ) firmou um contrato de reserva de área com a HIF Global, multinacional de e-combustíveis, para o desenvolvimento de uma instalação de e-metanol dentro do hub pré-licenciado de hidrogênio e derivados do complexo. O acordo foi formalizado durante a ROG.e, no Rio de Janeiro. O projeto de e-metanol, um combustível limpo e inovador, será viabilizado por meio da combinação de hidrogênio gerado a partir de fontes renováveis com

CO2 reciclado. Essa iniciativa contribui para a descarbonização da matriz energética e coloca o Brasil na vanguarda da produção de combustíveis sustentáveis, com aplicações que vão desde o transporte até a geração de energia.

“O nosso acordo com a HIF Global é um marco para o Porto do Açu e para a região nesta nova indústria. Estamos comprometidos em promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para um futuro mais limpo e eficiente em termos energéticos”, afirmou Mauro Andrade, diretor executivo de desenvolvimento de negócios da Prumo. A produção de e-metanol também poderá ser exportada pelo terminal de líquidos do Açu, consolidando o porto como um hub logístico essencial para esse tipo de combustível.

Na visão da Prumo, o acordo integra-se à estratégia nacional de promover a transição energética e reforça o papel do Porto do Açu como polo global de hidrogênio verde. O complexo portuário, localizado no estado do Rio de Janeiro, já obteve licença ambiental para o desenvolvimento de um hub de larga escala de hidrogênio e seus derivados, posicionando-se como um importante centro de energias renováveis e atraindo novos investimentos para a região.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/09/2024

BRASIL DEMONSTRA QUE PODE SER LÍDER EM RENOVÁVEIS, DIZ SECRETÁRIO-GERAL DA OPEP

Por Danilo Oliveira Offshore 23/09/2024 - 21:37



Divulgação Opep

Haitham Al-Ghais falou, na abertura da ROG.e, da expectativa de trabalhar em colaboração com governo brasileiro e lembrou que país sediará eventos do G20 e da COP30

O secretário geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), Haitham Al-Ghais, afirmou, nesta segunda-feira (23), que o Brasil tem papel de destaque no setor de energia e vem demonstrando que pode ser líder em renováveis, contribuindo com a inovação tecnológica e soluções sustentáveis. Ele destacou que os membros da Opep vêm investindo em renováveis e trabalhando para melhorar eficiência e em tecnologias, como foco na cooperação e diálogo em busca de uma plataforma multilateral.

Al-Ghais lembrou que o Brasil presidirá a reunião do G20 em 2024, além de receber a COP30 em 2025. “O Brasil está liderando o caminho para ajudar a encontrar soluções realistas para os desafios energéticos do nosso tempo. Sua abordagem inclusiva e diplomática deve ser elogiada, e é uma abordagem que a Opep continuará a defender”, declarou, em seu discurso, proferido em português, na abertura da ROG.e, no Rio de Janeiro

Al-Ghais citou o encontro que teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2023, em Brasília. Segundo o secretário, ficou com uma percepção clara dos desafios e oportunidades energéticas que o setor tem pela frente a nível global. Ele disse que a organização está na expectativa de trabalhar em colaboração com o governo brasileiro e com a equipe do Ministério de Minas e Energia (MME) nos próximos anos. Al-Ghais, do Kuwait, assumiu o cargo como secretário-geral da Opep em agosto de 2022.

O secretário salientou que a Opep continua a defender que os países apoiem todas fontes e tecnologias para oferecer caminhos energéticos justos e equilibrados. Segundo Al-Ghais, esses desafios passam pela segurança energética, acessibilidade energética e redução de emissões. “Isso exige investimentos adequados hoje, amanhã e nas décadas futuras do que pode cada fonte oferecer para nós”, projetou Al-Ghais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 23/09/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 101/2024
Página 52 de 52
Data: 24/09/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 24/09/2024